



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**MARCOS VINÍCIUS SEIXAS LEMOS**

**CADEIAS PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS COMO MODELO DE**  
**DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL:**  
**O CASO DO BAIXO SUL DA BAHIA**

**SALVADOR**

**2011**

**MARCOS VINÍCIUS SEIXAS LEMOS**

**CADEIAS PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS COMO MODELO DE  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL:  
O CASO DO BAIXO SUL DA BAHIA**

Versão preliminar do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Lívio Andrade Wanderley

**SALVADOR**

**2011**

Ficha catalográfica elaborada por Joana Barbosa Guedes CRB 5-707

L557 Lemos, Marcos Vinícius Seixas  
Cadeias produtivas solidárias como modelo de desenvolvimento  
Regional sustentável: o caso do Baixo Sul da Bahia / Marcos Vinícius  
Seixas Lemos. – Salvador, 2011.  
68 f. tab. il.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Economia) –  
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, 2011.

Orientador: Prof. Dr. Lívio Andreade Wanderley

1. Desenvolvimento sustentável - Bahia. 2. Cadeias produtivas –  
Bahia. I. Lemos, Marcos Vinícius Seixas. II. Wanderley, Lívio  
Andreade. III. Título.

CDD – 333.715

MARCOS VINÍCIUS SEIXAS LEMOS

CADEIAS PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS COMO MODELO DE DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL SUSTENTÁVEL: O CASO DO BAIXO SUL DA BAHIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Ciência Econômicas da  
Universidade Federal de Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em  
Ciências Econômicas.

Aprovada em            de novembro de 2011

Banca Examinadora

Orientador: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Lívio Andrade Wanderley  
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

\_\_\_\_\_  
Prof.

\_\_\_\_\_  
Prof.

## RESUMO

Com o objetivo de gerar desenvolvimento para uma dada região, as cadeias produtivas solidárias aparecem como um modelo de produção de base sustentável, baseando-se nos princípios da solidariedade, democracia e justiça social. Na tentativa de atuarem como principais agentes fomentadoras de desenvolvimento da região do Baixo Sul da Bahia foram implantadas, no ano de 2003, as cadeias produtivas solidárias. O objetivo deste trabalho é verificar se há uma correlação positiva entre cadeias produtivas solidárias e indicadores socioeconômicos e quais os impactos provocados pelos mesmos no desenvolvimento da Região do Baixo Sul, tomando com base o período que vai de 2004 a 2009. A hipótese básica é que o desenvolvimento do Baixo Sul foi impactado pelas cadeias produtivas solidárias e que houve uma melhoria dos indicadores socioeconômicos da região.

**Palavras-Chave:** Cadeias produtivas solidárias. Desenvolvimento regional sustentável. Baixo Sul da Bahia.

## **.LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 – Território do Baixo Sul da Bahia.....	30
Gráfico 1 – População do Baixo Sul: 1998-2003.....	33
Gráfico 2 – Densidade demográfica do Baixo Sul: 1998-2003.....	33
Gráfico 3 – Empregos formais no Baixo Sul (2000-2003).....	34
Gráfico 4 – Taxa de mortalidade de menores de 5 anos de idade a cada mil nascidos vivos: Baixo Sul da Bahia( 1998 - 2003).....	36
Gráfico 5 – Proporção de crianças menores de dois anos desnutridas (1998-2003).....	36
Gráfico 6 – PIB do Baixo Sul a preços correntes (em milhões de reais) – 1999-2003.....	38
Gráfico 7 – Taxa de crescimento do PIB do Baixo Sul e da Bahia: 1999-2003.....	38
Gráfico 8 – Participação dos setores econômicos no PIB do Baixo Sul: 1999-2003.....	39
Gráfico 9 – PIB per capita do Baixo Sul da Bahia: 1999-2003.....	40
Gráfico 10 – Principais culturas permanentes do Baixo Sul (em toneladas): 1999-2003.....	41
Gráfico 11 – Participação das culturas permanentes na produção do Estado (1999-2003).....	41
Gráfico 12 - Participação das culturas temporárias na produção do Estado (1999-2003).....	42
Gráfico 13 – Extração vegetal no Baixo Sul (em toneladas): 2000-2003.....	43
Gráfico 14 – População do Baixo Sul: 2004-2009.....	48
Gráfico 15 – Densidade demográfica do Baixo Sul: 2004-2009.....	49
Gráfico 16 – Empregos formais no Baixo Sul (2004-2009).....	50
Gráfico 17 – Taxa de mortalidade de menores de 5 anos de idade a cada mil nascidos vivos: Baixo Sul da Bahia (2004-2009).....	51
Gráfico 18 – Proporção de crianças menores de dois anos desnutridas (2004-2009).....	51
Gráfico 19 – PIB do Baixo Sul a preços correntes (em milhões de reais) – 2004-2008.....	53
Gráfico 20 – Taxa de crescimento do PIB do Baixo Sul e da Bahia: 2004-2008.....	53
Gráfico 21 – Participação dos setores econômicos no PIB do Baixo Sul: 2004-2008.....	54
Gráfico 22 – PIB per capita do Baixo Sul da Bahia: 2004-2008.....	55
Gráfico 23 – Principais culturas permanentes do Baixo Sul (em toneladas): 2004-2008.....	56
Gráfico 24 – Participação das culturas permanentes na produção do Estado (2004-2008).....	56
Gráfico 25 - Participação das culturas temporárias na produção do Estado (2004-2008).....	57
Gráfico 26 – Extração vegetal no Baixo Sul (em toneladas): 2004-2007.....	58
Gráfico 27 – Quantidade produzida de mandioca no Baixo Sul (em toneladas): 1999-2008...60	60

Gráfico 28 - Quantidade produzida de palmito no Baixo Sul (em toneladas): 1999-2008.....	60
Gráfico 29 – Extração de piaçava no Baixo Sul (em toneladas): 2000-2007.....	61

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de matrículas realizadas na educação infantil, ensino fundamental e médio, por zona urbana ou rural, nos anos 1998-2003.....	35
Tabela 2 – Índice de desenvolvimento social por município do Baixo Sul e posição no ranking estadual para os anos de 1998, 2000 e 2002.....	37
Tabela 3 – Índice de desenvolvimento econômico por município do Baixo Sul e posição no ranking estadual para os anos de 1998, 2000 e 2002.....	43
Tabela 4 – Número de matrículas realizadas na educação infantil, ensino fundamental e médio, por zona urbana ou rural, nos anos de 2004-2009.....	50
Tabela 5 – Índice de desenvolvimento social por município do Baixo Sul e posição no ranking estadual para os anos de 2004 e 2006.....	52
Tabela 6 – Índice de desenvolvimento econômico por município do Baixo Sul e posição no ranking estadual para os anos de 2004 e 2006.....	58



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL</b>	<b>11</b>
2.1	DESENVOLVIMENTO EM SENTIDO AMPLO	11
<b>2.1.1</b>	<b>Um esboço teórico</b>	<b>11</b>
2.2	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	16
2.3	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	18
2.4	INTEGRAÇÃO DOS CONCEITOS	20
<b>3</b>	<b>CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO MODELO DE CADEIAS PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS</b>	<b>21</b>
3.1	DEFINIÇÃO DE CADEIAS PRODUTIVAS	21
3.2	CADEIAS PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS	24
<b>4</b>	<b>O CASO DO BAIXO SUL DA BAHIA</b>	<b>27</b>
4.1	DELIMITAÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA RELEVANTE	27
4.2	O CENÁRIO PRÉ-IMPLANTAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS	31
<b>4.2.1</b>	<b>Informações ambientais</b>	<b>31</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Características demográficas e sociais</b>	<b>32</b>
4.2.2.1	Aspectos populacionais	32
4.2.2.2	Mercado de trabalho	34
4.2.2.3	Educação	34
4.2.2.4	Saúde	35
4.2.2.5	Índice de desenvolvimento social	36
<b>4.2.3</b>	<b>Informações econômicas</b>	<b>37</b>
4.2.3.1	PIB a preços correntes e setores de atividade	37
4.2.3.2	PIB per capita	39
4.2.3.3	Agricultura e extração vegetal	40
4.2.3.4	Índice de desenvolvimento econômico	43
4.3	FATORES COMPETITIVOS DA REGIÃO	44

4.4	O MODELO DE CADEIAS PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS IMPLANTADAS NA REGIÃO	45
<b>5</b>	<b>OS IMPACTOS DAS CADEIAS PRODUTIVAS NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO BAIXO SUL DA BAHIA</b>	<b>48</b>
5.1	O CENÁRIO PÓS-IMPLANTAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS	48
<b>5.1.1</b>	<b>Características demográficas e sociais</b>	<b>48</b>
5.1.1.1	Aspectos populacionais	48
5.1.1.2	Mercado de trabalho	49
5.1.1.3	Educação	50
5.1.1.4	Saúde	51
5.1.1.5	Índice de desenvolvimento social	52
<b>5.1.2</b>	<b>Informações econômicas</b>	<b>53</b>
5.1.2.1	PIB a preços correntes e setores de atividade	53
5.1.2.2	PIB per capita	54
5.1.2.3	Agricultura e extração vegetal	55
5.1.2.4	Índice de desenvolvimento econômico	58
5.2	OS NÚMEROS DO DESENVOLVIMENTO	59
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>63</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>64</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, os homens, na tentativa de satisfazerem suas necessidades, acabaram por provocar transformações no espaço em que vivem, mudanças estas, que ocorrem tanto na ordem econômica quanto social. Durante muito tempo, as mudanças positivas nos indicadores econômicos foram vistas como sinônimo de desenvolvimento. Porém, a partir dos intensos debates ocorridos – sobretudo a partir da década de 1970 – é que o desenvolvimento deixou de ser visto como sendo apenas o crescimento econômico. Além disto, incluiu-se ao conceito as concepções regional e sustentável.

No intuito de gerar desenvolvimento para uma dada região é que as cadeias produtivas solidárias aparecem como um modelo de produção de base sustentável. O objetivo principal destas não é o de organizar-se de modo a aumentar a produtividade, mas sim o de sua distribuição dar-se de modo justo, diferenciando-se, desta forma, do modelo tradicional de cadeias produtivas. A utilização das cadeias produtivas solidárias como modelo de desenvolvimento regional visa construir um conjunto de organizações econômicas e sociais envolvendo produção, crédito, comercialização, consumo, habitação e educação. Esse modelo passa a ser gerido de forma cooperativista, obedecendo aos seguintes princípios: gestão democrática e finalidade multidimensional.

Foi na tentativa de atuarem como principais agentes fomentadoras de desenvolvimento da região do Baixo sul da Bahia que, no ano de 2003, as cadeias produtivas solidárias foram implantadas. O Instituto de Desenvolvimento do Baixo Sul da Bahia (IDES) ao utilizar cadeias produtivas solidárias como modelo de desenvolvimento regional sustentável, passa a enxergar o desenvolvimento não só como progresso econômico e sim como progresso socioeconômico e ambiental.

O objetivo deste trabalho é verificar se há uma correlação positiva entre cadeias produtivas solidárias e indicadores socioeconômicos e quais os impactos provocados pelos mesmos no desenvolvimento da Região do Baixo Sul, tomando com base o período que vai de 2004 a 2009. A hipótese básica é que o desenvolvimento do Baixo Sul foi impactado pelas cadeias produtivas solidárias e que houve uma melhoria dos indicadores socioeconômicos da região. A comprovação da eficácia do modelo e sua aplicabilidade trazem um alento às regiões que apresentam característica semelhante. O modelo de cadeias produtivas solidárias contribui à

formulação de políticas públicas setoriais. A pesquisa se propõe a encontrar as condições nas quais o modelo impacta de forma direta no desenvolvimento da região do Baixo Sul da Bahia.

Este trabalho é composto por seis capítulos, incluindo esta introdução. No segundo capítulo será tratado o conceito de desenvolvimento regional sustentável. No terceiro capítulo serão analisadas as cadeias produtivas solidárias, diferenciando-as das cadeias produtivas de modo geral. No quarto capítulo será analisada a região do Baixo Sul da Bahia, verificando seus aspectos gerais, fatores competitivos, o cenário antes da implantação das cadeias produtivas, além da descrição das cadeias implantadas. No quinto capítulo, serão verificados os impactos das cadeias produtivas solidárias para o desenvolvimento da região. Por fim, serão feitas as considerações finais.

## **2 CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**

Para analisar se o impacto das cadeias produtivas sobre os indicadores socioeconômicos engendrou desenvolvimento, faz-se necessário, antes de tudo, conceituar este último termo. Desenvolvimento, para fins deste trabalho, deve incluir não só o conceito em sentido amplo, mas também agregar o caráter regional e sustentável. Assim, neste capítulo serão analisados os conceitos de desenvolvimento – em sentido amplo, regional e sustentável – separadamente para, em seguida, verificar como se integram as três definições, formando o que pode ser chamado de “desenvolvimento regional sustentável”.

### **2.1 DESENVOLVIMENTO EM SENTIDO AMPLO**

Até a década de 1960, o vocábulo “desenvolvimento” era amplamente confundido com “crescimento econômico”. Isto se deveu ao fato de que as poucas nações consideradas desenvolvidas até meados do século XX atingiram tal condição devido ao processo de industrialização. Porém, na década de 1950, o crescimento econômico que pôde ser observado em países industrializados não implicou em melhoria de vida para a população. Nesse contexto, conforme Veiga (2008, p. 19), “surgiu o intenso debate internacional sobre o sentido do vocábulo desenvolvimento”.

#### **2.1.1 Um esboço teórico**

Apesar da simplificação do termo desenvolvimento, as transformações econômicas e sociais que ocorreram desde o Renascimento e o Mercantilismo no século XVI, impulsionaram as discussões sobre o tema. No entanto, foi somente no século XVIII que ele, de fato, começou a ganhar importância no campo teórico, com os economistas clássicos, seguidos por diversas outras correntes. Em linhas gerais, para os clássicos, o desenvolvimento se dá com a conciliação de crescimento econômico e distribuição. O crescimento econômico, por sua vez, “depende do crescimento demográfico, dos rendimentos decrescentes da agricultura e do conflito distributivo entre salários, lucros e rendas”. (SOUZA, 1995, p. 75)

Segundo eles, o sistema capitalista tende ao estado estacionário, onde há um rompimento de sua própria dinâmica. É nesta trajetória que se observa o conflito distributivo entre trabalhadores, capitalistas e senhores da terra. O adiamento do estado estacionário é feito

através das inovações tecnológicas, pela expansão do comércio mundial, pela exportação de capitais e pelo controle da natalidade. Ao reduzir o custo de manutenção do trabalhador e ao aumentar a produtividade, evita-se a queda da taxa de lucro, possibilitando maior acumulação e crescimento. Assim, o estado estacionário será postergado, surgindo novos patamares de desenvolvimento e crescimento econômico.

A questão distributiva, para os clássicos, se resolve simplesmente com o crescimento do produto. Marshall, Mill e Smith compartilham a ideia de que a harmonia individual produz a harmonia social. Se o Estado garantir a harmonia e estabilidade social, o crescimento leva ao desenvolvimento, pois “há um *círculo virtuoso* entre poupança, acumulação, inovações tecnológicas, crescimento, distribuição e desenvolvimento”. (SOUZA, 1995, p. 76)

Para Marx, o desenvolvimento se efetua, através de um conflito distributivo – entre capitalistas e trabalhadores – e realiza a acumulação de capital por meio de uma trajetória cíclica. De um lado, verifica-se o progresso técnico gerando períodos de prosperidade e, do outro lado, as contradições internas do modo de produção capitalista provocando crises periódicas cada vez mais prolongadas, agravando os conflitos sociais. Conforme Sader (2009), o marxismo reconhece a capacidade do sistema capitalista em expandir as forças produtivas. No entanto, essa capacidade se choca com a incapacidade de distribuição de renda, o que gera as crises cíclicas de superprodução ou subconsumo. Haverá um limite no qual a contradição entre forças produtivas e relações de produção fará com que estas últimas constituam-se como freio ao desenvolvimento econômico. Neste momento, surgirá um período revolucionário de transformação do modo de produção capitalista em socialista.

Keynes, contrapondo a idéia clássica de que “toda oferta gera a sua própria demanda”, estabelece o princípio da demanda efetiva como sendo o fator determinante do nível de oferta agregada. Ele mostra que, somente em condições especiais, a poupança da economia se igualará aos investimentos (pressuposto básico para que oferta e demanda sejam iguais). Com isso, somente elementos exógenos – como os gastos do governo e o aumento das exportações, em situações de ociosidade – elevarão a economia a situações próximas ao pleno emprego, garantindo o desenvolvimento econômico.

Para Schumpeter, o desenvolvimento econômico está diretamente relacionado ao processo de inovação. Este processo, ao colocar em prática novos produtos e abrindo novos mercados,

gera mudanças quantitativas e qualitativas das variáveis econômicas do fluxo circular. Com isto, há um aumento da disponibilidade de bens per capita – em razão do aumento da taxa de crescimento da produção frente à população –, há uma melhoria na qualidade dos produtos e serviços, bem como da renda média dos indivíduos. (SOUZA, 1995)

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os debates sobre o tema foram acirrados. A preocupação diante de problemas que “perseguiam” os países já antes da guerra, revelou os anseios de progresso e melhoria das condições de vida nas nações e regiões. A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, teve como objetivo primordial manter e melhorar os níveis de qualidade de vida, ou seja, contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento. A partir de então, os debates sobre o conceito do termo desenvolvimento, bem como os meios para conquistá-lo foram intensificados. (OLIVEIRA, 2002)

No Brasil, a discussão sobre tema “desenvolvimento econômico” tomou forma com os estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-53) e do Grupo Misto BNDES-CEPAL (1953-55). Para a CEPAL, o desenvolvimento pode ser caracterizado pelas transformações estruturais que ele causa. Para facilitar o desenvolvimento, há a necessidade de adotar certas mudanças, como a reforma agrária, melhor distribuição de renda, democratização de crédito etc. Para Scatolin (apud OLIVEIRA, 2002, p. 41), enquanto o crescimento “era entendido como um processo de mudança ‘quantitativa’ de uma determinada estrutura, desenvolvimento era interpretado como um processo de mudança ‘qualitativa’ de uma estrutura econômica e social”. Como exemplos de economistas que se guiaram por esta linha cepalina, pode-se citar Raul Prebich e Celso Furtado.

Em 1974, Celso Furtado questiona o pensamento de desenvolvimento defendido pela Cepal ao lançar o livro “O mito do desenvolvimento econômico”, no qual apontou a ideia de desenvolvimento econômico como sendo um simples mito. Para ele, não haveria a possibilidade de os países de economias periféricas serem desenvolvidos, ou seja, serem similares àqueles que formam o centro do sistema capitalista:

Como negar que essa idéia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforça o caráter predatório do sistema produtivo? (FURTADO apud VEIGA, p. 28)

No prefácio do seu livro “Introdução ao Desenvolvimento” (1980), Furtado diz que é na ideia de desenvolvimento que se funda o processo de invenção cultural, no qual o homem é visto como agente transformador do mundo. Como o homem não está em equilíbrio com o meio em que vive, para efetivar suas potencialidades, ele precisa transformá-lo, gerando desenvolvimento. Para ele, o desenvolvimento precisa ser apreendido como um processo global, transformando a sociedade ao nível dos meios (técnicas para se chegar ao desenvolvimento) e dos fins (o objetivo que, de fato, se deseja alcançar com o desenvolvimento). É um processo não só de acumulação e ampliação da capacidade produtiva, mas também de apropriação do produto social e da configuração desse produto.

Em 2004, na publicação “Os desafios da nova geração”, Furtado enfatiza o fato de que no Brasil, apesar de se ter verificado altas taxas de crescimento entre os anos de 1950 e 1960, não houve a correspondência – difundida pela maior parte da corrente teórica – entre crescimento e desenvolvimento. Para ele, “o *crescimento econômico*, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização, já o *desenvolvimento* se caracteriza pelo seu projeto social subsequente” (FURTADO, 2004, p. 484). O crescimento econômico, então, só se traduzirá em desenvolvimento quando o projeto social priorizar a efetiva melhoria nas condições de vida da população.

Ignacy Sachs é, dentre aqueles autores que se dedicaram ao tema desenvolvimento nos últimos tempos, “um dos que melhor conseguiram evitar simultaneamente as tentações enganosas do otimismo ingênuo e do pessimismo estéril” (VEIGA, 2008, p. 79). Ele faz uma crítica às duas correntes extremas da noção de desenvolvimento. De um lado, aquela que renuncia à ideia de desenvolvimento, o descrevendo com uma “armadilha ideológica” que perpetua as relações desiguais entre as maiorias dominantes e as dominadas, nos países e entre eles. De outro lado, está a corrente que considera desenvolvimento como algo redundante, que viria em decorrência do crescimento econômico como algo natural.

Para Sachs, desenvolvimento não pode ser confundido, de modo algum, com crescimento. Porém, “enquanto persistirem enormes disparidades sociais, o crescimento permanecerá, com certeza, uma condição necessária, embora de modo algum suficiente, do desenvolvimento, cujos aspectos distributivos e qualitativos não podem ser negligenciados” (SACHS, 1995, p. 32). Sobre esses aspectos qualitativos, Sachs enfatiza que o desenvolvimento deve permitir



que cada indivíduo possa revelar suas capacidades, seus talentos e imaginação para buscar sua auto-realização e felicidade, mediante esforços coletivos e individuais. (VEIGA, 2008)

Além disso, Sachs indica que as estratégias que levam ao desenvolvimento devem considerar as “singularidades próprias de cada país”, ou seja, o seu contexto social e histórico, o contexto ecológico, bem como o contexto institucional. Desta forma, o conceito de desenvolvimento, para ele, deve incluir uma finalidade social, a exigência de ser ecologicamente prudente além de ser eficiente economicamente, em outras palavras, o desenvolvimento deve ser socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente viável. (SACHS, 1995)

Em 1999, o indiano Amartya Sen lançou a obra “Desenvolvimento como Liberdade”, a qual engloba um conjunto de conferências proferidas por ele entre 1996 e 1997, e na qual o conceito de desenvolvimento encontra posição mais clara. Assim como Sachs, esta obra de Sen coloca de um lado aqueles que confundem desenvolvimento com crescimento e, do outro lado, aqueles que acreditam ser o desenvolvimento impossível. O objetivo de Sen é o de evidenciar “o papel das diferentes formas de liberdade no combate às absurdas privações, destituições e opressões existentes em um mundo marcado por um grau de opulência que teria sido difícil até mesmo imaginar um ou dois séculos atrás” (VEIGA, 2008, p. 33)

Mesmo com todo o avanço ocorrido no século XX, no que diz respeito, por exemplo, ao estabelecimento do regime democrático como modelo de organização política, à disseminação dos conceitos de direitos humanos e liberdade política, ao aumento da expectativa de vida, à evolução da comunicação e do comércio, muitos problemas antigos (como pobreza, violação de liberdades políticas e individuais etc.) persistem não só em países pobres, como também nos países ricos.

Para Sen, a expansão da liberdade deve ser o fim e o meio principais do desenvolvimento. Este deve consistir na eliminação de tudo aquilo que limita as escolhas e oportunidades das pessoas, pois é através dele “[...] que se renovam as principais fontes de privações de liberdade: pobreza e tirania, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2000, p. 18). Neste contexto, o crescimento econômico se traduz como um meio de expandir as liberdades individuais, porém, estas necessitam de muitos outros determinantes – como educação, saúde, trabalho, saneamento,

condições de moradia etc. –, o que explica por que países ricos também precisam se desenvolver.

## 2.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Após a Segunda Guerra Mundial, quando apareceram as primeiras organizações internacionais ligadas a este campo, foi que de fato os estudos sobre o desenvolvimento aconteceram, porém focalizados em questões de crescimento econômico. No entanto, durante as décadas de 1940 e 1960 se forma um grande debate sobre o desenvolvimento regional, em que vários autores formularam estratégias de desenvolvimento de regiões subdesenvolvidas, a exemplo de Lewis, Nurkse, Rodan e Sciotovsky, e etc. Além da teoria da Cepal e as teses de Hirschman e Myrdal. As transformações que ocorreram na economia a partir das décadas de 1970 e 1980, influenciaram em profundas mudanças nas teorias e políticas de desenvolvimento, incluindo o caráter regional neste conceito. Pode-se dizer que os estudos que têm como foco a endogeneidade regional são relativamente recentes. Para Lopes (2001), o conceito correto de Desenvolvimento Regional não deve se assentar no conceito de crescimento, mas sim no de desenvolvimento em seu sentido amplo. Neste caso, dada a necessidade de fazer o planejamento para atingi-lo, a ideia de regionalizar aparece como a melhor alternativa. A importância do determinante espacial no desenvolvimento econômico é ressaltada por Lopes (2001, p. 4):

Se os benefícios do desenvolvimento econômico-social devem ser para os indivíduos – todos os indivíduos – a localização deles é fator que não deve ser dispensado na análise e na adoção de políticas, como não deve ser dispensado o conhecimento tão esclarecido quanto possível da localização dos recursos e das atividades, uns e outros profundamente relacionados com múltiplos aspectos interdisciplinares que, eles também, não podem deixar de ser considerados.

Para Oliveira e Lima (2003, p. 31), o desenvolvimento regional está relacionado à “participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação e na distribuição dos frutos do processo de crescimento”. Segundo Souza Filho (2000), essa questão regional é focalizada pelas teorias de desenvolvimento endógeno, que tiveram suas origens na década de 1970, quando as propostas de desenvolvimento “da base para o topo” emergiram. A partir da década de 1990, a principal questão do modelo de desenvolvimento endógeno passou a ser a explicação sobre os motivos pelos quais o nível de crescimento variava entre as diversas regiões e nações, ainda que estas possuíssem as mesmas condições na busca por fatores

produtivos. Assim, a solução seria procurar entre estes fatores (como capital social, capital humano, conhecimento etc.), quais eram determinados dentro da região. Amaral Filho (1996, p. 37) define o desenvolvimento regional endógeno como sendo:

[...] processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido.

A importância da componente endógena para a formulação de novas estratégias de desenvolvimento é ressaltada por Wanderley e Lages (2004, p. 466), pois ela coloca a “região ou local no papel de sujeito ativo da ação e não como objeto passivo da ação”. Boisier (apud WANDERLEY; LAGES, 2003) indica que, para a construção de um novo paradigma para as novas estratégias de ação regional, deve-se atender a três aspectos: o “ator” das ações de desenvolvimento deve ser a região, mesclando os espaços geográfico e socioeconômico; as concepções e ações regionais devem incluir a interdisciplinaridade; e deve haver o reconhecimento das realidade regionais específicas.

Assim, ainda segundo esse autor, havendo uma organização articulada dos fatores sociais, econômicos, políticos e institucionais de uma dada região, através de uma ação endógena é possível converter o crescimento econômico – via mecanismos de retenção e reinvestimentos do capital acumulado – em estados de desenvolvimento. Assim, o crescimento econômico se constitui fator de suma importância para o desenvolvimento regional, porém, este só acontecerá se houver um “elevado grau de organização e interação das clivagens da região ou local, quanto da retenção do crescimento econômico em escala regional” (BOISIER apud WANDERLEY; LAGES, 2004, p. 467). A interação dessas clivagens, por sua vez, engloba não só os fatores “convencionais” (físicos, humanos, temporais etc.), mas também deve incluir as especificidades locais que cada região guarda e que podem vir a defini-las como potencialmente competitivas, caso os investimentos sejam feitos visando o reforço dessa competitividade. Assim, verifica-se a contínua valorização das potencialidades locais (culturais ou econômicas) para o desenvolvimento da região.

### 2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A constante preocupação com o meio ambiente nos dias de hoje, diante da maior utilização de recursos em decorrência do crescimento populacional, econômico etc., foi abordada já em 1798, por Thomas Malthus. Ele demonstrava sua preocupação com o crescimento linear da produção de alimentos frente ao crescimento exponencial da população que, em dado momento, geraria consequências como a fome e a morte. A problemática da escassez de recursos foi retomada com maior força na segunda metade do século XX pelo chamado “Clube de Roma” que apresentou cinco grandes temas de preocupação global: a aceleração da industrialização, o aumento dos indicadores de desnutrição, o rápido crescimento populacional, a deploração dos recursos naturais não renováveis e a deterioração do meio ambiente. Chamando a atenção para problemas relacionados, sobretudo, ao meio ambiente, direcionaram o debate para o caráter sustentável do desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2002)

A discussão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável é recente e, conforme Bursztyn e Bursztyn (2006, p. 55) “padece de ambiguidades e incertezas”, porém representa um importante vetor “para entender e enfrentar os problemas atuais da humanidade”. Oliveira (2002) ressalta que as discussões em torno do conceito de desenvolvimento sustentável estão diretamente relacionadas à história do pensamento ambiental, representando esse conceito parte do movimento ambientalista que surgiu na Europa e nos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970.

Após toda a discussão sobre a questão ambiental a partir da década de 1970, a série de debates realizados no Rio de Janeiro – a chamada Conferência Rio-92 – fizeram convergir a relação entre a qualidade ambiental e o padrão de crescimento da economia. Nesse contexto surge o conceito de desenvolvimento sustentável que logo ganhou visibilidade. Antes dessa Conferência, no entanto, uma Comissão das Nações Unidas definiu desenvolvimento sustentável como sendo “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2006, p. 59).

Discutindo a questão do desenvolvimento econômico, Sachs (apud OLIVEIRA, 2002) apontou cinco dimensões de sustentabilidade dos sistemas econômicos que deveriam ser observadas no processo de planejamento do desenvolvimento. A primeira delas é a dimensão

social, cujo objetivo é a melhoria dos níveis de distribuição de renda, visando diminuir a exclusão social e a desigualdade entre as classes sociais. A segunda dimensão é a econômica que diz respeito aos aumentos na eficiência do sistema (alocação de recursos ou gestão). Em seguida, tem-se a dimensão ecológica que se relaciona com a preservação do meio ambiente, porém sem comprometer a oferta dos recursos naturais dos quais o homem necessita para sobreviver. Em quarto lugar, vem a dimensão espacial, referindo-se ao tratamento equilibrado da ocupação rural e urbana, bem como de uma melhor distribuição territorial das atividades econômicas e dos assentamentos humanos. E quinto e último, a sustentabilidade cultural, que diz respeito às transformações de pensamento e ação da sociedade que despertam uma consciência ambiental.

Na visão de Sachs, se estas dimensões forem consideradas, o desenvolvimento sustentável será atingido. Essas dimensões (social, econômica, ecológica, espacial e cultural), convergem para as finalidades que o desenvolvimento – em sentido amplo – devem atingir: ser economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado.

Em 2002, foi realizada, na cidade de Johannesburgo (África do Sul), a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, onde as dimensões econômica e social da sustentabilidade ganharam destaque, frente à dimensão ambiental. Conforme destaca Rodrigues e Rodrigues (2003, p. 2):

As discussões neste encontro focaram-se na desigualdade econômica e social que assola o mundo, produzindo fome e miséria, em uma bi-polaridade insustentável entre ricos e pobres, destacando a incoerência entre a necessidade de se pensar em preservação ambiental concomitante à existência paralela de regiões prósperas e miseráveis convivendo em um mesmo mundo.

Desde a Eco-92, a aceleração do processo de globalização fez com que aumentasse o número de excluídos. Ficou evidente que o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais precisam estar interligados à questão da inclusão social. Não poderá haver desenvolvimento sustentável, sem uma base financeira sólida e se ele não promover melhoria nas condições de vida da população.

## 2.4 INTEGRAÇÃO DOS CONCEITOS

A partir da evolução dos conceitos de desenvolvimento em seu sentido amplo, adota-se a definição de Amartya Sen, para o qual o desenvolvimento significa a ampliação das diversas formas de “liberdade” dos indivíduos. A expansão dessas liberdades constitui, na concepção dele, os fins e os meios do desenvolvimento. Já na definição proposta por Sachs, o conceito de desenvolvimento está assentado em três fatores: deve ser socialmente incluyente (finalidade social), ambientalmente sustentável (ecologicamente prudente) e economicamente viável (eficiente). Assim, as estratégias para atingi-lo devem considerar, ainda segundo Sachs (1995), as “singularidades” próprias de cada região.

O conceito de desenvolvimento regional surge, neste contexto, visando a “otimização” dessas “singularidades” propostas por Sachs. O desenvolvimento se dará endogenamente, através da conversão do crescimento econômico, caso haja uma organização articulada dos fatores sociais, econômicos, políticos e institucionais da região. O crescimento econômico – que já foi amplamente confundido com o desenvolvimento em si – aparece como uma condição necessária, mas não suficiente, para que haja desenvolvimento. Neste caso, serão valorizadas as potencialidades regionais, ou seja, devem ser identificadas as singularidades da região com as quais se criam vantagens competitivas.

Já o caráter sustentável do desenvolvimento deve incluir, na visão de Sachs, cinco dimensões: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Se houver o atendimento destas dimensões, o desenvolvimento sustentável será atingido. Além disto, elas convergem para as finalidades que o desenvolvimento – de modo geral – deve atingir: ser economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado.

Desta forma, verifica-se que a ampliação das liberdades individuais – fim e meio do desenvolvimento – exige que haja crescimento econômico e que este se converta em melhorias gerais da condição de vida das pessoas, observando o potencial de cada região e, sobretudo, garantido que os recursos sejam preservados para as futuras gerações. Só assim pode-se garantir o atendimento às três finalidades do desenvolvimento e, com isto, há a congregação dos fatores necessários para que se dê o desenvolvimento regional sustentável.

### **3 CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO MODELO DE CADEIAS PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS**

#### **3.1 DEFINIÇÃO DE CADEIAS PRODUTIVAS**

Nas últimas décadas, as mudanças que ocorreram na economia, de modo geral, implicaram na alteração do comportamento produtivo e competitivo das organizações, levando-as a adotarem, cada vez mais, estratégias competitivas, sobretudo as que se referem ao gerenciamento e negociação com os fornecedores e clientes. A competitividade das empresas passa a ser definida não só de acordo com suas capacidades e potencialidades individuais, mas também – e principalmente – de acordo com sua capacidade de articulação com os demais integrantes de sua cadeia de atividades.

Neste contexto, aparece o conceito de cadeias produtivas. Estas, segundo Prochnik e Haguenaer (2001), são o resultado da crescente divisão do trabalho e da maior interdependência entre os agentes econômicos. Se por um lado, elas são criadas pelo processo de desintegração vertical e especialização técnica e social, por outro lado, são as pressões competitivas por maior integração e coordenação entre as atividades, ao longo das cadeias, que reforçam a articulação entre os agentes. De modo geral, as cadeias produtivas podem ser definidas como “um conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos” (PROCHINIK; HAGUENAUER, 2001, p. 2).

Segundo Pires (apud SOUZA; SOUZA FILHO; SERRA; BORIS, 2005, p. 3), cadeia produtiva pode ser conceituada como “um conjunto articulado de atividades econômicas integradas como consequência da relação, em termos de mercados, entre tecnologia, organização e capitais”. Assim, visualiza-se uma cadeia através de uma sucessão de operações de transformação que são dissociáveis, ou seja, que são capazes de serem separadas entre si por intermédio de um encadeamento técnico. Além disso, pode ser entendida também como um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem, em todos os segmentos, um fluxo de trocas entre fornecedores e clientes. A denominação cadeia produtiva é, geralmente, aplicada em relação a um produto específico, cuja definição parte do mercado, ou melhor, do cliente, se encadeando por todas as operações de produção, técnicas, comerciais e logísticas que o originaram.

De modo geral, uma cadeia de produção agroindustrial pode ser segmentada do início ao final da cadeia em quatro macrosssegmentos ou mercados. Essa divisão pode variar muito dependendo do tipo do produto e do objetivo da análise. Para Batalha (1997, p. 27):

dentro de uma cadeia de produção agroindustrial típica podem ser visualizados no mínimo quatro mercados com diferentes características: mercado entre os produtores de insumos e os produtores rurais, mercado entre produtores rurais e agroindústria, mercado entre agroindústria e distribuidores e, finalmente, mercado entre distribuidores e consumidores finais. O estudo das características destes mercados representa uma ferramenta poderosa para compreender a dinâmica de funcionamento da CPA.

O fornecimento de insumos, a produção de matérias-primas, a industrialização e a comercialização são os quatro macrosssegmentos propostos. O fornecimento de insumos é constituído por empresas – que, no geral, são grandes grupos econômicos – que levam os insumos (como vacinas, sal mineral etc.) que são necessários à produção até os produtores, através do varejo. A produção de matérias-primas reúne as firmas e produtores rurais que fornecem as matérias-primas iniciais para que outras empresas avancem no processo de produção do produto final (agricultura, pecuária, pesca, piscicultura. O macrosssegmento da industrialização é constituído pelas firmas responsáveis pela transformação das matérias-primas em produtos finais destinados ao consumidor, o qual pode ser uma unidade familiar ou outra agroindústria. E, por fim, a comercialização é representada pelas empresas que estão em contato com o cliente final da cadeia de produção e que viabilizam o consumo e o comércio dos produtos finais (supermercados, mercearias, restaurantes, cantinas etc.). Podem ser incluídas neste macrosssegmento as empresas responsáveis somente pela logística de distribuição (PROCHMANN; MICHELS, 2003).

De acordo com Batalha e Silva (apud CORRÊA; SILVA, 2006), uma cadeia produtiva será mais eficiente na medida em que houver uma maior capacidade de fornecer produtos e serviços que se adaptam às necessidades dos consumidores. Por sua vez, a eficácia da cadeia está relacionada ao padrão competitivo de seus agentes, bem como à capacidade de coordenação necessária para que estes produtos sejam disponibilizados ao consumidor. Disto deriva a importância da gestão da cadeia, ou seja, da forma como são coordenados os elos da cadeia produtiva em questão.

Para Souza, Souza Filho, Serra e Boris (2005), a análise das cadeias produtivas deve considerar os ambientes institucional, organizacional e empresarial onde elas estão inseridas.



O primeiro refere-se às leis, costumes, cultura, etnia, tradições, ou seja, fatores que diferenciam a sociedade, envolvendo as políticas setoriais que refletem a modernização do setor, nas inovações tecnológicas e no comportamento das empresas e dos negócios. Já o ambiente organizacional compõe-se de estruturas criadas para dar suporte ao funcionamento das cadeias produtivas, compreendidas pelas universidades, órgãos de pesquisa, normalização, fiscalização, associações, cooperativas, sindicatos, e as próprias empresas. Por fim, o ambiente empresarial se constitui nos subsistemas internos das empresas, representados pelos recursos humanos, materiais, financeiros, tecnológicos e pela gestão empregada no dia-a-dia das empresas e, ainda, os procedimentos operacionais utilizados nos processos produtivos, o que reflete no sistema de qualidade dos produtos.

A relação da cadeia produtiva com o ambiente concorrencial é um pré-requisito essencial para a definição de estratégias, devendo ser incluída como ferramenta de gestão empresarial. Assim, os mecanismos de coordenação e sua estrutura de governança têm um papel importante neste contexto. Os mecanismos de coordenação, conforme Corrêa e Silva (2006) “podem ser conceituados como qualquer ferramenta administrativa para alcançar interação entre diferentes unidades dentro de uma organização” e servem para “harmonizar” a relação entre os agentes, como os produtores, processadores e consumidores. O processo de coordenação, por sua vez, pode ser alcançado através de mecanismos de governança.

De modo geral, o termo governança pode ser definido como a forma organizacional utilizada para organizar a produção (RODRIGUES, 1998). Para Humphrey e Schmitz (apud CORRÊA; SILVA, 2006), “a governança se refere a relações entre empresas e a mecanismos institucionais através dos quais se consegue a coordenação extra-mercado das atividades dentro de uma cadeia”. No caso das cadeias produtivas, os parâmetros fundamentais para a sua governança são o que deve ser produzido e como deverá ser produzido.

Para Souza, Souza Filho, Serra e Boris (2005, p. 7):

[...] a noção de governança compreende as estratégias que servem para executar as decisões tomadas em diversas organizações privadas e governamentais, sejam as resoluções internas, sejam aquelas orientadas a intervir em problemas públicos e/ou solucionar demandas de terceiros e conflitos sociais. [...] Governança é entendida aqui como a capacidade de um ator formular e estabelecer estratégia, se articular com empresas diferentes para desenvolver uma atividade de sua cadeia e provocar mudanças na estrutura empresarial de

outro ator para ser atendido e isto possibilite um melhor ganho para todos na cadeia.

### 3.2 CADEIAS PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS

Ao inserir no conceito de cadeias produtivas – entendido, de modo geral, como uma rede de inter-relações entre as várias atividades de um sistema produtivo, identificada por fluxo de bens e serviços que ocorrem desde a produção e o fornecimento da matéria-prima até o consumo final – o adjetivo “solidárias”, adentra-se no ramo da economia denominado Economia Solidária.

Segundo Schiochet e Brandes (2009, p. 3), a “Economia Solidária é um conceito recente utilizado para dar identidade teórica e política às atividades econômicas que são desenvolvidas de forma coletiva, solidária e autogestionária”. Estes autores destacam três vertentes que predominam na interpretação do conceito de Economia Solidária. Na primeira vertente, a economia solidária aparece como uma “reatualização histórica” dos princípios do cooperativismo, confrontando-se com a lógica capitalista de acumulação. A segunda vertente define a economia solidária a partir da chamada economia popular, onde esta torna-se “solidária” quando as estratégias de colaboração mútua e partilha dos recursos materiais sem intermediação monetária revestem-se de formas coletivas e cooperativas, assumindo autonomia enquanto atividade econômica. Uma terceira vertente parte da ideia que não existe unicidade na ordem econômica, havendo a possibilidade de surgir processos econômicos sustentados em bases como a solidariedade e cooperação.

No Brasil, a Economia Solidária ganhou espaço a partir da década de 1980, devido ao início da “ruptura do padrão de estruturação do mercado de trabalho brasileiro” (AMORIM; ARAÚJO, 2004, p. 47), o que levou a novas formas de enxergar a “questão social”. Schiochet e Brandes (2009) destacam que, a partir de então, surge contradições entre a trajetória dos movimentos sociais, o reconhecimento de sua importância na construção de uma sociedade civil ativa e na construção democrática, além da incapacidade de construção de uma ordem econômica que assegurasse a cidadania requerida pelo processo de democratização. Foi emergindo, então, uma profunda crise social que afetou os trabalhadores, bem como a situação econômica dos setores populares. É neste contexto, que surge a economia solidária:

[...] a economia solidária surge, no âmbito da sociedade civil, como uma nova maneira de enfrentar a crise por meio da articulação entre os princípios políticos (voltados para a cidadania) e os princípios organizativos econômicos (voltados para os processos produtivos e distributivos de bens e serviços). As exigências “econômicas” da economia solidária reforçaram os princípios políticos dos movimentos e organizações da sociedade civil (autonomia e autogestão, por exemplo) e, por sua vez, houve uma crescente “politização” da economia solidária na perspectiva de sua incorporação na agenda do Estado (políticas públicas) e na sua visibilidade pública como uma nova questão para a esfera pública. (SCHIOCHET; BRANDES, 2009, p. 4)

Desta forma, Economia Solidária corresponde às atividades econômicas que são organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão. Singer (apud SCHIOCHET; BRANDES, 2009) afirma que a Economia Solidária possui duas especificidades: estimular a solidariedade entre os membros através da prática da autogestão e praticar a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase especial na ajuda aos “desfavorecidos”. Assim, a Economia Solidária tem como princípio a apropriação coletiva dos meios de produção, a gestão democrática dos membros através das decisões e deliberação coletiva sobre os rumos da produção, a utilização dos excedentes, bem como a responsabilidade coletiva pelos eventuais prejuízos da organização econômica.

Partindo da ideia de Economia Solidária, Mance (2002) desenvolve a ideia de redes de colaboração solidárias, cujo objetivo, segundo ele, é “remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas”. Essas redes representam estratégias para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores, e outras organizações populares num movimento de crescimento conjunto e auto-sustentável, “antagônico ao capitalismo”. O autor indica quatro critérios básicos para participar nestas redes:

a) que nos empreendimentos não haja qualquer tipo de exploração do trabalho, opressão política ou dominação cultural; b) busque-se preservar o equilíbrio ecológico dos ecossistemas (respeitando-se todavia a transição de empreendimentos que ainda não sejam ecologicamente sustentáveis); c) compartilhar significativas parcelas do excedente para a expansão da própria rede; d) autodeterminação dos fins e autogestão dos meios, em espírito de cooperação e colaboração. (MANCE, 2002, p. 2)

As cadeias produtivas solidárias podem, então, ser definidas como redes de Empreendimentos Econômicos Solidários que se organizam em torno da elaboração de um produto final, envolvendo a produção de seus insumos, assim como os serviços que possam estar a ela associados (METELLO, 2007). Desta maneira, os principais “elos” da cadeia produtiva são

representados por empreendimentos que operam segundo os princípios da economia solidária, agindo de maneira “democrática, solidária e justa”, tanto nas relações internas quanto na relação com os demais elos da cadeia.

Conforme especificado por Schiochet e Brandes (2009), uma cadeia produtiva pode ser denominada como solidária quando ela é controlada por um empreendimento econômico solidário - apropriação verticalizada – ou por vários empreendimentos econômicos solidários – apropriação horizontalizada. O objetivo desta cadeia é a apropriação coletiva dos excedentes, pelo fato de estar pautada na economia solidária.

Assim, as cadeias produtivas solidárias representam formas de articulação de redes solidárias. Conforme Metello (2007), a sua estrutura verticalizada permite que os produtos possam ser elaborados (desde os insumos até os produtos finais) conforme os princípios da economia solidária. Assim, as etapas necessárias para a transformação e transferência de insumos (envolvendo produção, distribuição e a comercialização de bens e serviços) são realizadas por empreendimentos econômicos solidários que precisam assegurar a tomada de decisão democrática no conjunto da cadeia, o que pode ser feito através da formação de uma coordenação geral.

Os participantes da cadeia produtiva solidária devem manter uma relação de solidariedade entre si, o que os difere das redes de empresas convencionais, onde a relação entre os elos é apenas comercial e os interesses são sempre financeiros. As cadeias produtivas de empresas capitalistas convencionais – conforme visto na subseção anterior – podem ser formadas pelo processo de desintegração vertical e por pressões competitivas. Já as cadeias produtivas solidárias podem ser articuladas tanto para auxiliar a estabilidade econômica, quanto para a preservação do caráter ideológico dos empreendimentos econômicos solidários, incluindo a ideia de que as relações comerciais podem se dar de maneira solidária e cooperativa.

### 3 O CASO DO BAIXO SUL DA BAHIA

O Baixo Sul da Bahia é uma região que possui diversas peculiaridades, comparando-se às demais regiões do Estado. Rica em recursos naturais, esta região é propícia às atividades agropecuárias, além de possuir grande potencial turístico. Neste capítulo, serão especificados os municípios que fazem parte desta região, bem como o cenário ambiental, social e econômico desta até o ano de 2003. Após uma análise sucinta dos fatores competitivos, serão descritas as cadeias produtivas solidárias que foram implantadas na região.

#### 3.3 DELIMITAÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA RELEVANTE

A delimitação dos municípios que estão incluídos na região do Baixo Sul mostra-se diferenciada, a depender da metodologia adotada. A inclusão, permanência e exclusão de um município em relação a um determinado espaço regional pode variar conforme o interesse de quem propõe essa divisão.

De acordo com o estudo Baixo Sul da Bahia: uma proposta de desenvolvimento territorial (FISCHER, 2007, p. 31), são propostas “três dimensões de análise microrregional (estratégica, geopolítica e física-ambiental) para a inclusão dos doze municípios ao que se considera Sub-região ou Microrregião Baixo Sul do Estado da Bahia.” A dimensão estratégica leva em consideração os municípios que fazem parte da Associação dos Municípios do Baixo Sul (Amubs) . Estão incluídos nesta dimensão os municípios de Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Ibirapitanga e Valença.

Considerando a dimensão geopolítica, a metodologia adotada considera a região de influência de determinados municípios de acordo com o Modelo Potencial – técnica de subespecialização ou regionalização, adotada pelo IBGE. Neste modelo, a partir de variáveis como a população e a distância entre determinados municípios, obtém-se um valor “potencial” de interação entre eles. Com o potencial de cada município determinado, são traçadas linhas que possuem valores próximos ao longo do traço, a partir de determinado centro, e que conformam zonas, subespaços e sub-regiões. Nessa dimensão estão incluídos os municípios de Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia e Valença.

Já a dimensão física-ambiental, relaciona uma área como sendo de influência e de potencial impacto ambiental dos afluentes das sub-bacias hidrográficas do Baixo Sul que integram a Bacia do Recôncavo Sul: sub-bacia do Rio Una (Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Valença, Cairu, entre outros municípios); sub-bacia do Rio das Almas ou Jequié (Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Teolândia, entre outros municípios); sub-bacia do Rio Cachoeira Grande, Rio Marina e Rio Acaraí (Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, entre outros municípios).

Para tornar a análise mais completa, o estudo em questão considerou a intersecção dessas três dimensões microrregionais obtendo assim 12 municípios componentes da microrregião do Baixo Sul: Cairu, Camamu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia e Valença.

Todavia, na análise de uma determinada região, sobretudo no que se refere a políticas de desenvolvimento, a definição da mesma deve partir de uma referência dinâmica, visto que a noção de “região” que se delimita principalmente por espaços físicos, oculta aspectos essenciais das realidades específicas, inibindo, muitas vezes, especificidades locais que poderiam se tornar fatores competitivos.

Neste contexto, em 2003, surgiu a Política de Desenvolvimento Territorial (PDT), no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, trazendo a abordagem territorial como foco de planejamento e atuação das políticas públicas e que tem como direcionamento o desenvolvimento sustentável, o planejamento democrático, e uma visão territorializada. A PDT traz, desta forma, o conceito de “território” como um novo foco para a atuação das políticas públicas. (OLIVEIRA; SANTOS, 2010b)

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que deu início à PDT, o território deve ser definido como um espaço físico, ainda que não contínuo, que se caracteriza por aspectos multidimensionais,

tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e

coesão social, cultural e territorial”. (SDT/MDA apud OLIVEIRA; SANTOS, 2010a, p. 4)

Assim, o conceito de “território” faz-se relevante na análise de desenvolvimento, pois a identidade deste se dá não por uma continuidade física, mas sim por outros aspectos (físicos, humanos, entre outros) que permitem integração de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção, através do “fortalecimento das instituições locais, a consolidação de comunidades ativas e participativas, a construção do capital social, o planejamento territorial sustentável, a articulação de políticas públicas e de mercados”. (OLIVEIRA; SANTOS, 2010a, p. 5)

Desta forma, a delimitação do território do Baixo Sul da Bahia deve ser feita utilizando uma metodologia que não leve em conta somente aspectos espaciais, mas também todas as demais variáveis que agreguem uma “identidade” ao mesmo. No contexto da PDT, surgiram os Territórios Rurais e, em 2008, o Programa Territórios de Cidadania, lançado pelo Governo Federal, que delimitou 120 territórios em todo o país, inclusive o Baixo Sul. Neste foram incluídos 14 municípios: Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães, Gandu, Piraí do Norte e Presidente Tancredo Neves.

É necessário frisar, porém, que o objetivo deste trabalho é avaliar o impacto da implementação das cadeias produtivas solidárias na região do Baixo Sul. Estas cadeias – que serão especificadas numa sessão posterior – foram implementadas em 2003, através do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Baixo Sul da Bahia (DIS Baixo Sul), o qual tem como premissas o estímulo à prática da democracia e da Governança, a valorização das potencialidades de uma determinada região e a consciência de que a Família é o núcleo e força motriz da transformação social.<sup>1</sup>

Para a delimitação deste território, o DIS Baixo Sul partiu da ideia de desenvolvimento regional, de modo que o território fosse não só geograficamente bem definido, mas que, sobretudo, compartilhassem uma história e uma cultura, possuíssem aspirações comuns quanto ao seu futuro, e pudessem ser valorizadas as suas especificidades. Assim, segundo o

---

<sup>1</sup> Este programa tem como instituidores o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia (IDES), a Associação de Municípios do Baixo Sul (AMUBS), Governo do Estado da Bahia, Governo Federal e a Fundação Odebrecht.

Programa, os municípios que integram o Baixo Sul são: Cairu, Camamu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença.

A partir desta explanação, define-se que a metodologia a ser utilizada como referência para o presente estudo deve levar em conta não só aspectos espaciais, mas também aspectos que reflitam o desenvolvimento em um sentido mais amplo. Além disso, a delimitação do território deve permitir avaliar o impacto do Programa (da implantação das cadeias produtivas) nos municípios. Desta forma, a delimitação que mais se adequa e será utilizada neste trabalho, será a mesma do estudo DIS Baixo Sul

Figura 1 – Território do Baixo Sul da Bahia



Fonte: DIS Baixo Sul, 2011.



### 3.4 O CENÁRIO PRÉ-IMPLANTAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Enquanto Sachs apontou três aspectos que se relacionam com o sentido de desenvolvimento (deve ser economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado), Amartya Sen apontou o desenvolvimento como “liberdade”. Para expandir as “liberdades” individuais visando o desenvolvimento, Sen assegura que o crescimento econômico se traduz com um meio para tal, mas que essa expansão depende de muitos outros determinantes, como educação, saúde, trabalho, saneamento, condições de moradia etc.

Desta forma, é necessário apontar algumas variáveis que podem ser utilizadas para, de certa forma, medir o desenvolvimento. Nesta seção, será avaliado o cenário antes da implantação das cadeias produtivas solidárias – que serão aqui descritas – visando fazer um comparativo com o cenário pós-implantação, que será descrito no próximo capítulo. Além de mostrar sucintamente como está configurado o meio ambiente do Baixo Sul, foram escolhidas variáveis para caracterizá-lo. A escolha destas levou em consideração a relevância geral para o trabalho – de forma a mostrar se as “liberdades” foram expandidas – mas também, a disponibilidade destes dados numa série histórica para a região, o que dificultou a ampliação no número de determinantes.

#### 3.4.1 Informações ambientais

A região do Baixo Sul pertence ao domínio da Mata Atlântica, que originalmente se estendia na costa do litoral brasileiro. Possui um complexo biótico altamente rico, formado por Florestas Ombrófilas, restingas e mangues. O Baixo Sul apresenta clima tropical com elevada temperatura e precipitações, influenciadas pelas proximidades do mar. As temperaturas médias anuais são maiores e com menor amplitude térmica na faixa costeira. (Fischer, 2007).

Devido às suas características ambientais, foram criadas unidades de conservação (UCs). De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, há dois grupos de UCs com características específicas: o primeiro deles é formado pelas “unidades de proteção integral”, que admitem apenas o uso indireto dos recursos naturais e incluem Parques, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, Monumentos Naturais e Refúgios da vida silvestre. O segundo refere-se as “unidades de uso sustentável” que permite o uso sustentável de parte dos recursos que estão incluídos nas Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse

Ecológico, Florestas Nacionais e Reservas Extrativistas, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural (Fischer, 2007).

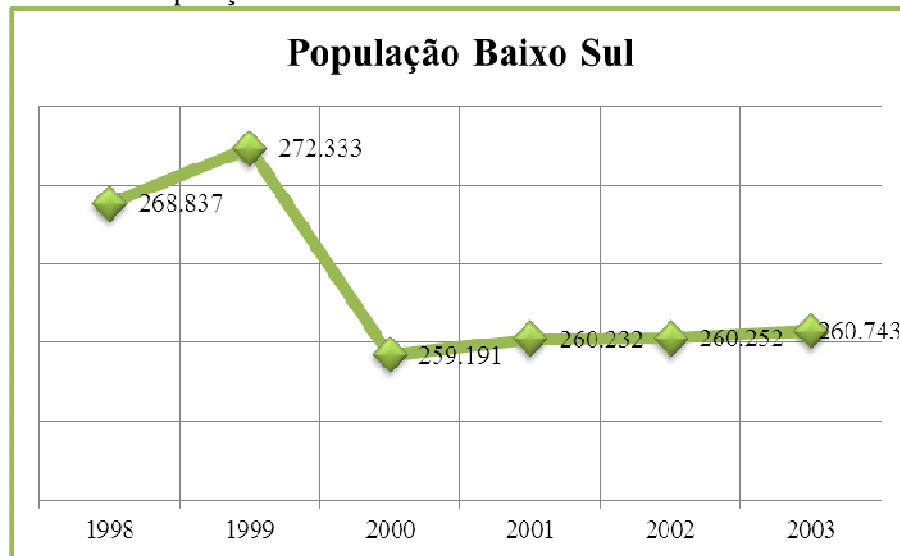
A modalidade predominante na microrregião do Baixo Sul é a Área de Proteção Ambiental (APA). As unidades de conservação existentes no Baixo Sul são: APA do Pratigi, criada por um decreto Estadual em 1998 e compreende os municípios de Nilo Peçanha, Ituberá, e Igrapiúna; APA de Tinharé/Boipeba, criada por decreto Estadual de 1992 (município de Cairu); APA da Península de Maraú, criada por lei municipal de 1997 (município de Maraú); APA de Guaibim, criada por decreto Estadual de 1992 (município de Valença); APA da Baía de Camamu, criada por decreto Estadual de 2002 (municípios de Camamu, Maraú e Itacaré); e a APA de Candengo, criada por decreto municipal de 1990 (município de Ituberá).

### **3.4.2 Características demográficas e sociais**

#### **3.4.2.1 Aspectos populacionais**

A população do Baixo Sul no período que antecede imediatamente a implantação das cadeias produtivas, mais precisamente entre os anos de 1998-2003, pode ser analisada no Gráfico 1. Verifica-se que entre 1999 e 2000 houve um declínio de 4,83% na população da região, o que pode ter ocorrido devido à realização do Censo em 2000, sendo que, até então, os valores refletiam estimativas populacionais feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nos anos seguintes, houve incrementos ínfimos com relação aos anos anteriores: 0,40% em 2001, 0,01% em 2002 e 0,19% em 2003, chegando a 260.743 habitantes neste ano. O município mais populoso da região neste período é Valença, seguido por Camamu e Ituberá. Piraí do Norte, Cairú e Nilo Peçanha são os municípios menos populosos.

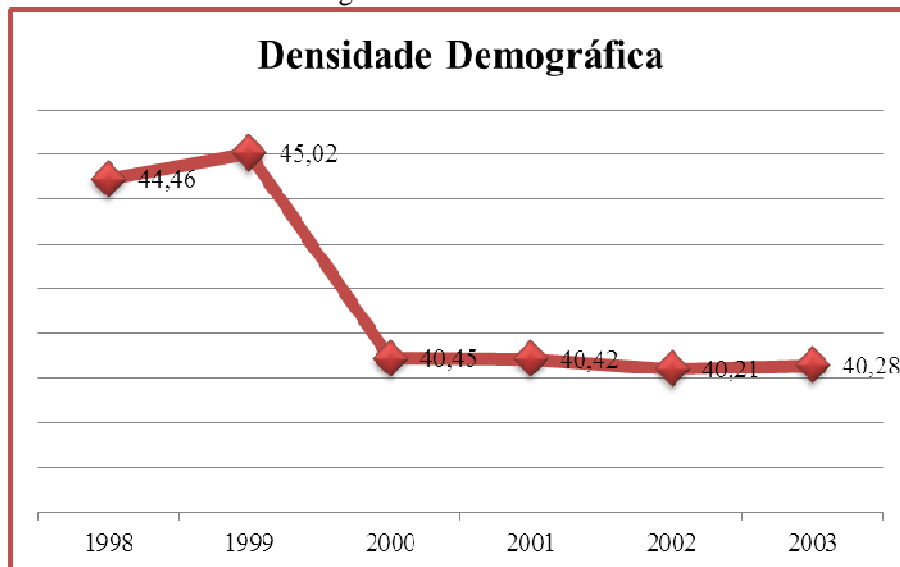
Gráfico 1 – População do Baixo Sul: 1998-2003



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

No Gráfico 2, é possível visualizar a densidade demográfica, ou seja, a relação entre o número de habitantes e a área (medida em quilômetros quadrados) da região no período de 1998 a 2003. Verifica-se que houve um declínio significativo neste indicador entre o anos de 1999 e 2000 e, nos anos seguintes, a taxa manteve-se, de certa forma, estável. Em 2003, a densidade populacional da região foi de 40,28 hab/km<sup>2</sup>, bastante superior à densidade populacional média do Estado (23,79 hab/km<sup>2</sup>).

Gráfico 2 – Densidade demográfica do Baixo Sul: 1998-2003



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

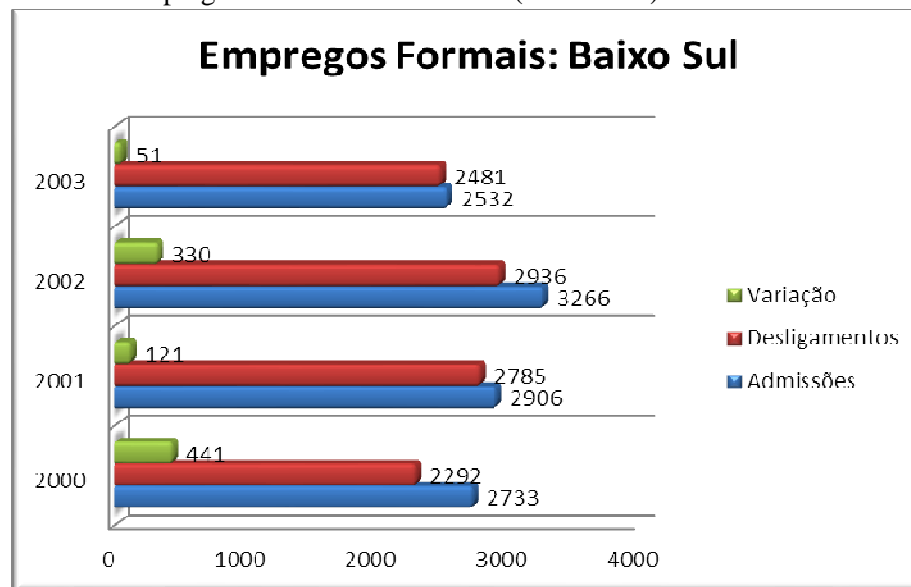
### 3.4.2.2 Mercado de trabalho

As informações presentes no Gráfico 3 refletem a situação do mercado de trabalho formal da região do Baixo Sul. Como fonte, foram utilizados os dados do Cadastro Geral de empregados e Desempregados (CAGED) disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Esta base de dados disponibiliza o acompanhamento mensal das contratações e demissões com carteira de trabalho assinada. Desta forma, o saldo de cada ano representa o acumulado do período entre janeiro e dezembro.

Pode-se observar que, no geral, houve mais contratações que demissões em todo o período (de 2000 a 2003). O maior nível de contratações ocorreu no ano de 2002, porém, devido ao alto número de demissões, o maior saldo positivo dentre os anos ocorreu em 2000.

Por serem municípios com menos de 2.500 empregos, não foi possível analisar o comportamento do mercado de trabalho por setores de atividade.

Gráfico 3 – Empregos Formais no Baixo Sul (2000-2003)



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados do MTE

### 3.4.2.3 Educação

A estrutura da educação do Baixo Sul pode ser analisada através do número de matrículas realizada no período entre 1998 e 2003, apresentadas na Tabela 1. Nesta tabela estão representadas as matrículas realizadas na educação infantil (educação inicial até a

alfabetização), no ensino fundamental (da 1<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série) e no ensino médio (do 1<sup>o</sup> ao 3<sup>o</sup> ano). De modo geral, há mais matriculados na área urbana que na área rural, para todos os níveis. Porém, no período de 2000 a 2003, houve uma superação do número de matrículas na zona rural em relação à urbana.

A tabela a baixo nos permite observar que há uma concentração de indivíduos matriculados no ensino fundamental e um número reduzidos de pessoas matriculadas no ensino médio. Destes, a maioria está presente na zona urbana, chegando a ser nulo o número de matrículas no ensino médio da zona rural até o ano de 2000. Estes números mostram a baixa escolaridade da população na região.

Tabela 1 – Número de matrículas realizadas na educação infantil, ensino fundamental e médio, por zona urbana ou Rural, nos anos de 1998 - 2003.

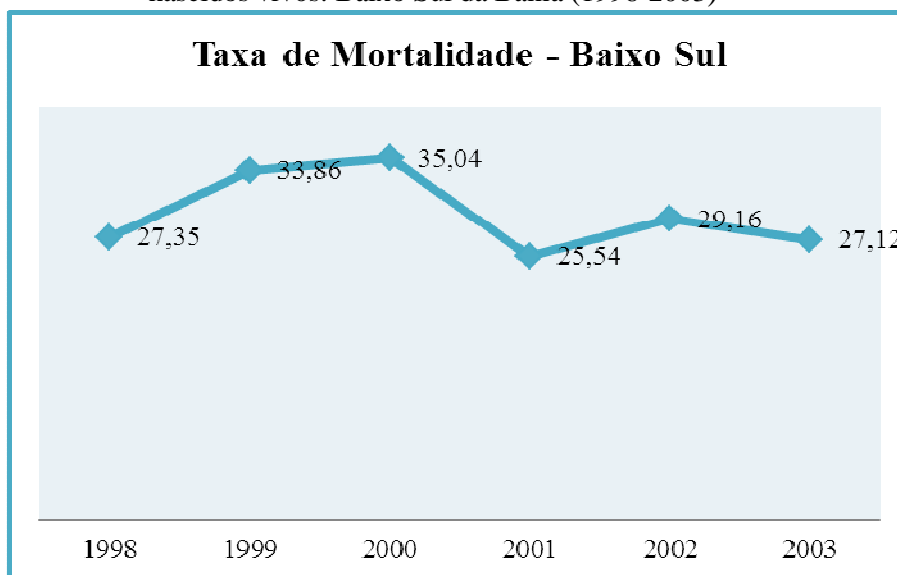
Ano	Educação Infantil			Ensino fundamental			Ensino médio		
	Urbanas	Rurais	Total	Urbanas	Rurais	Total	Urbanas	Rurais	Total
<b>1998</b>	4.626	3.338	7.964	40.442	40.126	80.568	4.450	0	4.450
<b>1999</b>	5.471	3.548	9.019	46.264	45.385	91.649	5.491	0	5.491
<b>2000</b>	5.948	3.966	9.914	44.931	46.483	91.414	6.887	0	6.887
<b>2001</b>	6.040	3.867	9.907	46.230	46.856	93.086	8.509	150	8.659
<b>2002</b>	6.048	3.575	9.623	44.950	46.264	91.214	10.241	171	10.412
<b>2003</b>	6.207	3.559	9.766	40.422	44.857	85.279	12.512	305	12.817

Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

#### 3.4.2.4 Saúde

Para caracterizar a “saúde” da população do Baixo Sul, foram escolhidas duas variáveis: a taxa de mortalidade de menores de cinco anos de idade a cada mil nascidos vivos e a proporção de crianças menores de dois anos desnutridas. A primeira variável pode ser verificada no Gráfico 4. Verifica-se que a taxa aumentou entre 1998 e 2000, sofrendo um ligeira queda em 2001 e chegando em 2003 ao patamar de 27,12 crianças menores de cinco anos mortas (a cada mil nascidos vivos). Isto mostra que, nesta época, havia necessidade de mudanças na área da saúde.

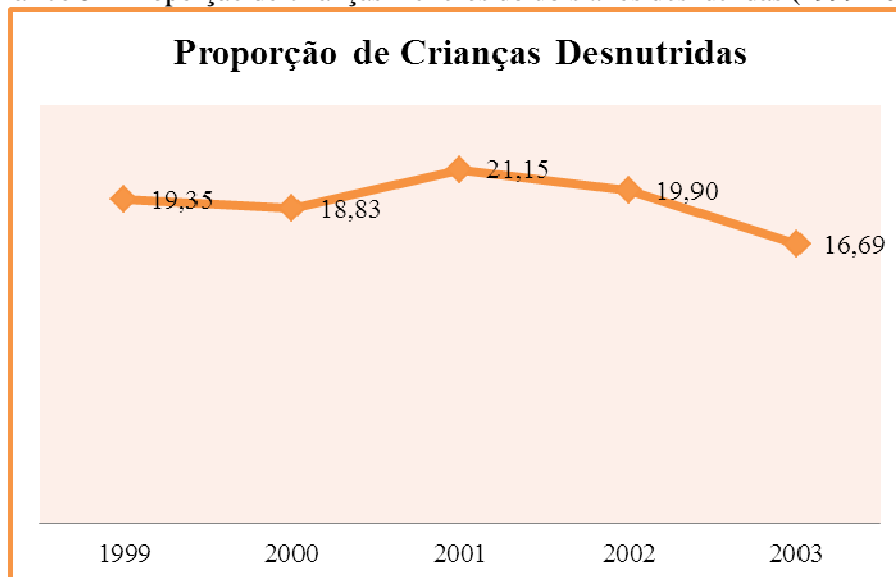
Gráfico 4 – Taxa de mortalidade de menores de 5 anos de idade a cada mil nascidos vivos: Baixo Sul da Bahia (1998-2003)



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados do Portal ODM

A proporção de crianças desnutridas na região pode ser analisada no Gráfico 5. Pode-se observar que a taxa, até 2002, ficou num patamar em torno dos 19,7 pontos e, em 2003, reduziu-se para 16,69.

Gráfico 5 – Proporção de crianças menores de dois anos desnutridas (1999-2003)



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados do Portal ODM

#### 3.4.2.5 Índice de Desenvolvimento Social

O Índice de Desenvolvimento Social (IDS) é composto pelos índices de Nível de Saúde, de Educação, Serviços Básicos e Renda média do Chefe de Família. Observa-se na Tabela 2 que

houve uma melhoria no IDS entre 1998 e 2000 e, entre este ano e 2002, ele decaiu. Pode-se visualizar que o município que ocupa a melhor posição no ranking estadual em 2002 é Valença (46ª posição), seguido por Cairu (56ª posição). Igrapiúna e Pirai do Norte são os piores colocados da região.

Tabela 2– Índice de Desenvolvimento Social por município do Baixo Sul e posição no ranking estadual para os anos de 1998, 2000 e 2002

Municípios	1998		2000		2002	
	IDS	Classif.	IDS	Classif.	IDS	Classif.
Cairu	4998,39	170°	5.015,56	125°	5.056,20	56°
Camamu	4974,50	258°	4.974,29	255°	4.966,05	303°
Ibirapitanga	4980,79	230°	4.987,06	201°	4.975,26	261°
Igrapiúna	4938,32	372°	4.940,63	372°	4.915,12	400°
Ituberá	5016,10	122°	5.007,85	145°	5.005,29	146°
Maraú	4959,79	316°	4.948,19	354°	4.954,61	343°
Nilo Peçanha	5011,35	136°	5.046,03	68°	5.009,25	138°
Pirai do Norte	4957,79	325°	4.973,34	262°	4.929,58	388°
Presidente Tancredo Neves	4950,80	347°	4.954,64	333°	4.984,26	222°
Taperoá	4980,77	231°	4.984,25	213°	4.997,94	172°
Valença	5069,19	47°	5.072,72	45°	5.077,51	46°
<b>Baixo Sul (média)</b>	<b>4985,25</b>	<b>-</b>	<b>4.991,32</b>	<b>-</b>	<b>4.988,28</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

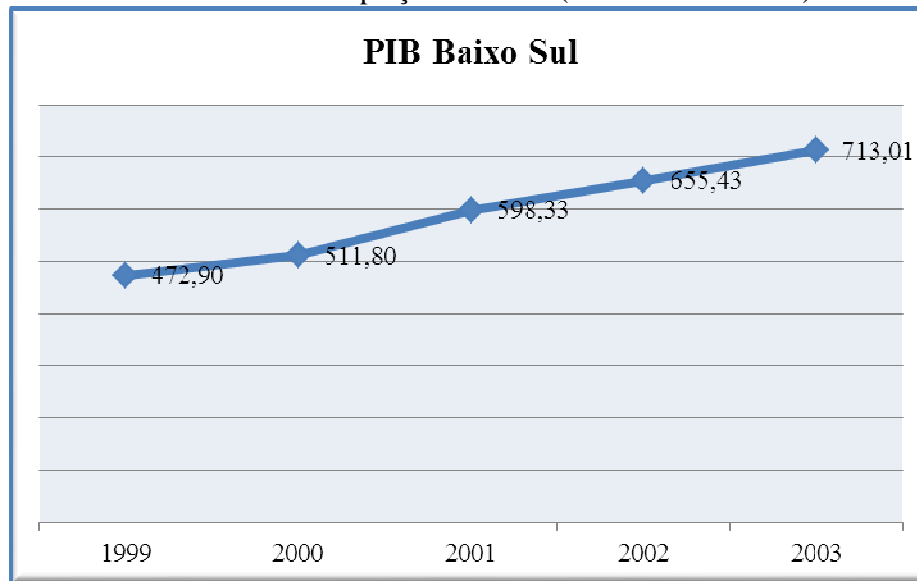
### 3.4.3 Informações econômicas

#### 3.4.3.1 PIB a preços correntes e setores de atividade

A análise do Produto Interno Bruto (PIB) de uma determinada região é de suma importância para mensurar a atividade econômica da mesma. Sendo definido como o somatório (em valores monetários) de todos os bens e serviços produzidos por uma determinada região, durante um período específico, seu desempenho é decorrente da performance de três setores: agropecuária, indústria e serviços (que inclui as despesas com a administração pública). Além disto, o valor final do PIB pela ótica do produto inclui também os impostos.

No Gráfico 6, verifica-se o PIB do Baixo Sul a preços correntes entre os anos de 1999 e 2003. Existe uma tendência de crescimento ao longo destes anos, com taxas de crescimento sempre positivas, passando de R\$ 472,90 milhões em 1999 para R\$ 713,01 milhões em 2003.

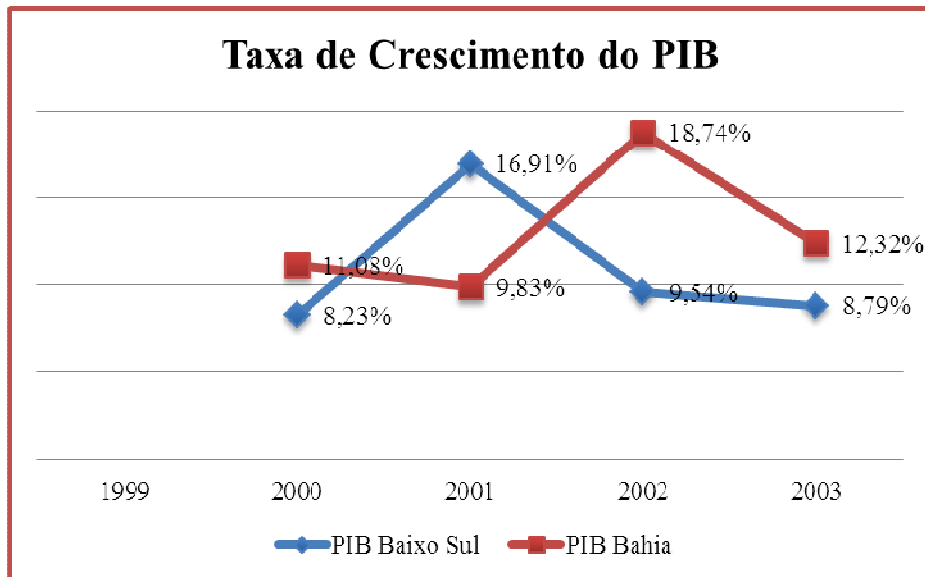
Gráfico 6 – PIB do Baixo Sul a preços correntes (em milhões de reais): 1999-2003



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

A taxa de crescimento do PIB pode ser observada no Gráfico 7, onde há um comparativo da taxa de crescimento do PIB do Baixo Sul com o PIB da Bahia. Verifica-se que, somente em 2001, o Baixo Sul apresentou uma taxa de crescimento do PIB maior do que a do Estado.

Gráfico 7 – Taxa de Crescimento do PIB do Baixo Sul e da Bahia: 1999-2003



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

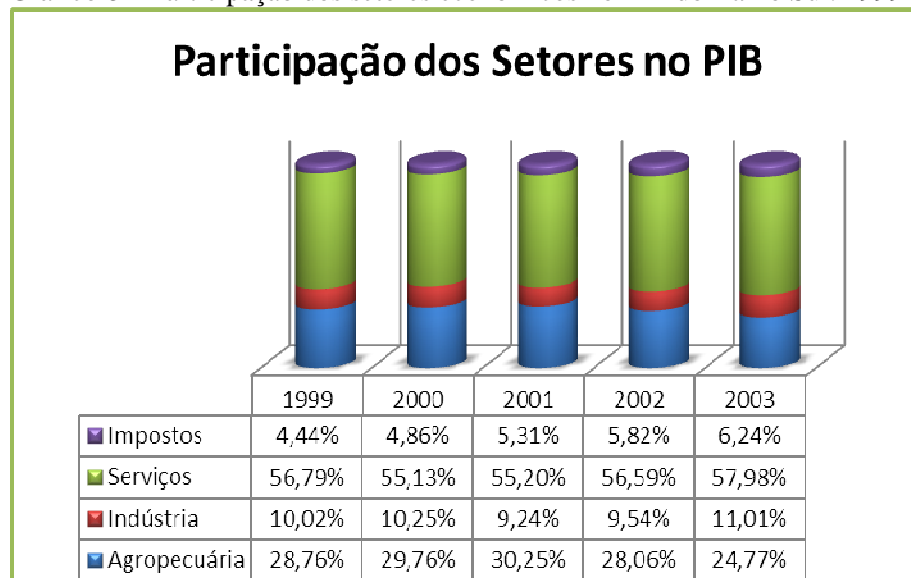
A participação dos setores econômicos que estão incluídos no cálculo do PIB (Agropecuária, Indústria e Serviços) pode ser analisada no Gráfico 8. O setor agropecuário engloba os seguintes subsetores: agricultura e serviços relacionados; pecuária; silvicultura, exploração



vegetal e serviços relacionados; pesca, aquicultura e serviços relacionados. Já no setor industrial estão incluídos os subsetores de atividades: extrativa mineral; eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana; construção. Por fim, o setor de serviços agrega: comércio, serviços de manutenção e reparação; transporte, armazenagem e correios; serviços de informação; intermediação financeira, seguros, previdência complementar e planos de saúde; atividades imobiliárias e aluguéis; serviços prestados às empresas; administração pública; educação mercantil; saúde mercantil e serviços sociais; serviços prestados principalmente às famílias e atividades associativas e serviços domésticos.

Verifica-se que durante o período de 1999 a 2003, o setor de serviços teve a maior participação no PIB do Baixo Sul da Bahia, chegando a representar, em 2003, 57,98% do Produto Interno Bruto. É importante ressaltar que, em todos estes anos, a Administração Pública representou mais de 40% do setor Serviços. Em seguida, vem o setor Agropecuário e, por fim, a Indústria.

Gráfico 8 – Participação dos setores econômicos no PIB do Baixo Sul: 1999-2003



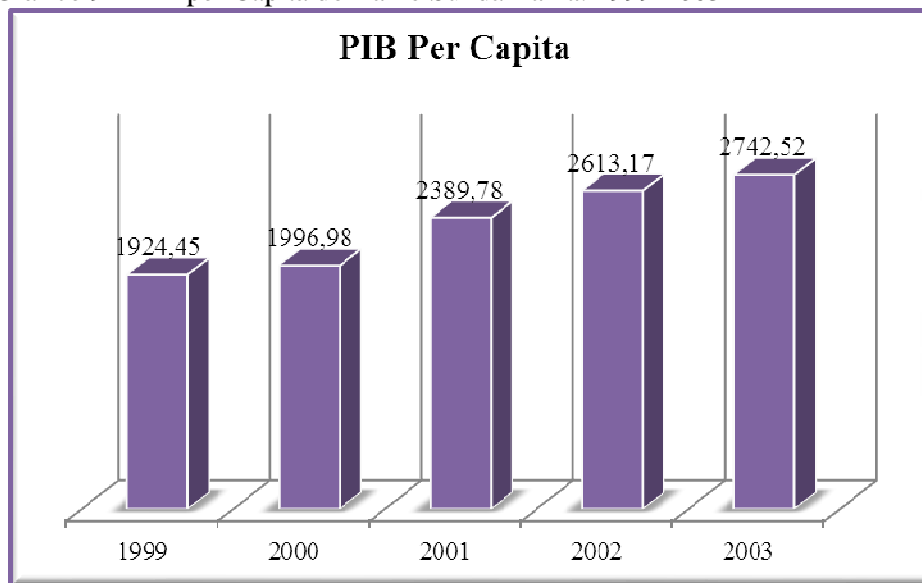
Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

### 3.4.3.2 PIB per capita

O PIB per Capita representa a relação entre o PIB da região e o número de habitantes. No Gráfico 9, pode-se verificar que o PIB per Capita médio dos municípios da região sofreu uma elevação ao longo dos anos, chegando a R\$ 2.742,00 em 2003. Comparando-se o PIB per

Capita do Baixo Sul deste ano com o PIB per Capita da Bahia que, segundo a SEI, foi de R\$ 5.031,40, pode-se perceber que esta região está bastante aquém da média do Estado.

Gráfico 9 – PIB per Capita do Baixo Sul da Bahia: 1999-2003



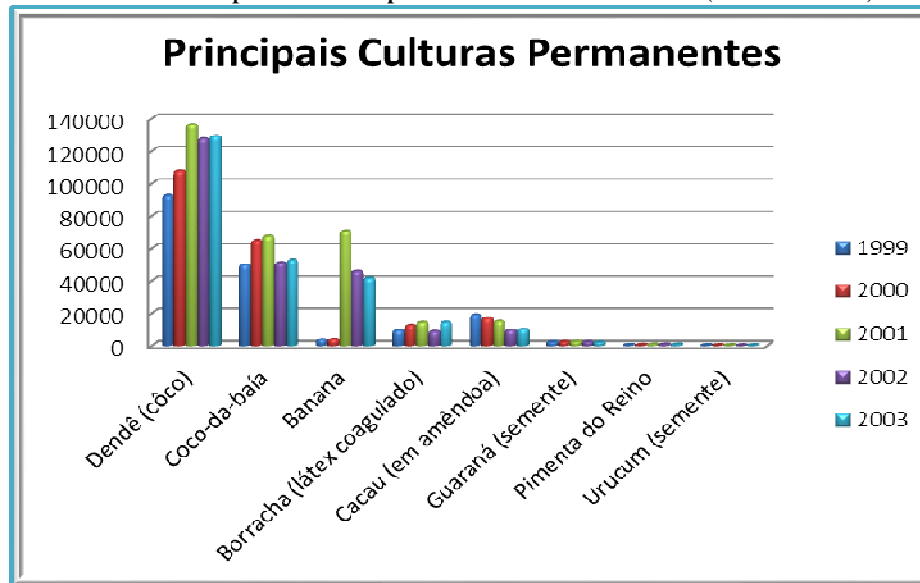
Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

#### 3.4.3.3 Agricultura e extração vegetal

Para verificar o potencial agrícola da região, serão analisadas as principais culturas (permanentes e temporárias da região), bem como a extração vegetal.

Segundo dados do Anuário Estatístico da Bahia, a região do Baixo Sul tem como principal cultura, em termos de quantidade produzida, o côco de dendê. Por isso que alguns municípios da região têm a denominação de Costa do Dendê. Em seguida, vem o coco-da-baía, a banana (que teve um aumento significativo entre 2000 e 2001), o guaraná, a pimenta do reino e a semente de urucum. Além destas, a região cultiva outras culturas em quantidades não significativas como o maracujá, a laranja, a manga e o café.

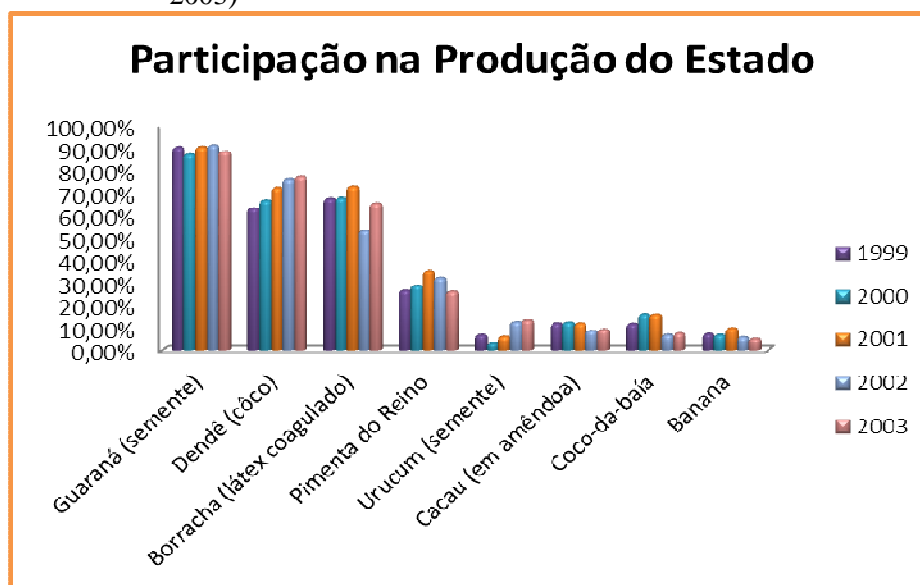
Gráfico 10 – Principais culturas permanentes do Baixo Sul (em toneladas): 1999-2003



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

No Gráfico 11, verifica-se o quanto a quantidade produzida do Baixo Sul, com relação às culturas permanentes, representa no total do que é produzido no Estado. A produção de semente de guaraná, apesar de ter pouca relevância em termos quantitativos, tem uma participação média no período de 1999 a 2003 no total da produção baiana de cerca de 90%. Em seguida, vem o côco de dendê, cuja participação em 2003 foi de 77,24%, a borracha (65,33%), a pimenta do reino, entre outros.

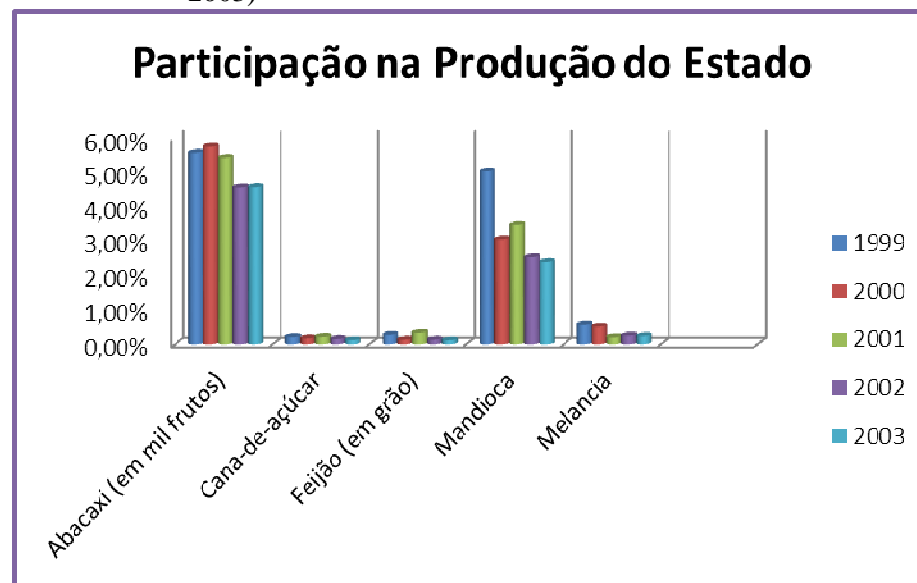
Gráfico 11 – Participação das culturas permanentes na produção total do Estado (1999-2003)



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

Com relação às culturas temporárias, no Gráfico 12 pode-se observar a participação das principais culturas com relação à produção total do Estado no período de 1999 à 2003. Verifica-se que o o abacaxi é a cultura que tem a maior participação na produção total do Estado, seguido da cultura de mandioca que, apesar da participação ficar em torno de 3%, é a que tem a maior relevância em termos quantitativos. Além destas, a região produz cana-de-açúcar, feijão, melancia e milho.

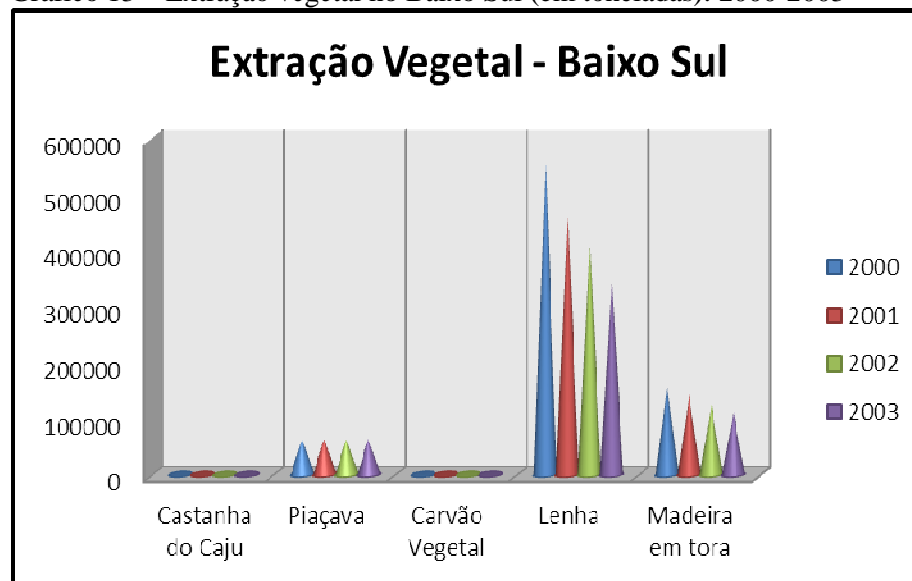
Gráfico 12 – Participação das culturas temporárias na produção total do Estado (1999-2003)



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

A extração vegetal realizada na região pode ser verificada no Gráfico 13. Observa-se que, entre os anos de 2000 e 2003 houve uma grande extração de lenha na região, porém com tendência decrescente, chegando a 2003 a serem extraídas 341.349 toneladas. É significativa também a extração de madeira em tora e piaçava (única com taxa de crescimento positiva em todos os anos do período).

Gráfico 13 – Extração vegetal no Baixo Sul (em toneladas): 2000-2003



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da CNM

#### 3.4.3.4 Índice de Desenvolvimento Econômico

O Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) é composto pelos Índices de Infraestrutura, de Qualificação da Mão-de-Obra e do Produto Municipal. Nos anos de 1998, 2000 e 2002, conforme a Tabela 3, não houve variação significativa na média do IDE do Baixo Sul. Observa-se que a cidade da região mais bem posicionada no ranking estadual é Valença que, em 2002, ocupava a 26ª posição. Neste mesmo ano a pior colocação foi de Nilo Peçanha (248º).

Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Econômico por município do Baixo Sul e posição no ranking estadual para os anos de 1998, 2000 e 2002.

Municípios	1998		2000		2002	
	IDE	Classif.	IDE	Classif.	IDE	Classif.
Cairu	4990,28	168º	4.990,09	153º	4.989,33	186º
Camamu	4992,04	118º	4.989,82	164º	4.993,17	89º
Ibirapitanga	4990,27	170º	4.989,51	179º	4.990,33	140º
Igrapiúna	4989,29	240º	4.988,51	232º	4.988,49	229º
Ituberá	4991,93	121º	4.991,62	112º	4.990,73	134º
Maraú	4989,36	235º	4.988,35	248º	4.989,20	194º
Nilo Peçanha	4989,38	234º	4.988,38	245º	4.988,30	248º
Piraí do Norte	4987,38	406º	4.986,56	407º	4.986,18	415º
Presidente Tancredo Neves	4988,89	282º	4.988,11	274º	4.989,15	196º
Taperoá	4990,16	175º	4.989,42	181º	4.989,07	200º

Valença	5010,47	27°	5.011,58	27°	5.012,11	26°
<b>Baixo Sul (média)</b>	<b>4991,77</b>	-	<b>4.991,09</b>	-	<b>4.991,46</b>	-

Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

### 3.5 FATORES COMPETITIVOS DA REGIÃO

A região ou território do Baixo Sul da Bahia, devido às suas características, possui um grande potencial de crescimento. Na análise da estrutura setorial do PIB – feita na subseção anterior – verificou-se que o setor serviços ocupa o maior percentual. Neste setor, além dos gastos relacionados à Administração Pública, outros serviços como o comércio e a atividade turística são fundamentais para a formação de renda na região: “O Baixo Sul possui enorme vocação para as atividades turísticas e de lazer por ser dotado de extenso litoral, com inúmeras praias e diversos atrativos naturais, culturais e históricos” (FISCHER, 2007, p. 199).

Outro setor do PIB que se destaca é o setor agropecuário. Com relação à pecuária, há destaque para o rebanho de aves (galinhas, galos etc.). Já a pesca e a mariscagem exercem papel fundamental na geração de renda e de alimentos da região. O Baixo Sul, por estar envolto por ilhas, estuários, baías, enseadas e braços de mar, além de extensas áreas de manguezais, possui uma grande variedade de espécies, o que inclui peixes, moluscos e crustáceos.

A agricultura do Baixo Sul é caracterizada por uma variedade de atividades produtivas, contemplando culturas temporárias e, sobretudo, culturas permanentes. Como observado na subseção anterior, a região – com relação ao total produzido no Estado – é grande produtora de Guaraná, Dendê, Borracha, Pimenta do Reino, Abacaxi, Mandioca, Piaçava, entre outros.

Já a atividade industrial da região é bastante limitada, fazendo com que haja uma grande dependência econômica dos serviços e da atividade agropecuária. O modelo de cadeias produtivas solidárias que se implantou na região visa fazer uma integração sustentável do três grandes setores econômicos, de modo a gerar desenvolvimento para a região.

### 3.6 O MODELO DE CADEIAS PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS IMPLANTADAS NA REGIÃO

A forma cooperativa de organização tem-se mostrado uma alternativa importante para o desenvolvimento das pequenas organizações pelo impacto que proporciona na produtividade e, conseqüentemente, na renda. Desta forma, o pequeno produtor, membro de uma Unidade-Família e organizado em cooperativas, passa a ter acesso à tecnologia, aumentando a qualidade e a quantidade de sua produção.

O Programa DIS Baixo Sul priorizou no início das atividades o desenvolvimento das Cadeias Produtivas, com base no modelo de geração de oportunidades de trabalho produtivo e renda e fomento a sua redistribuição digna. O programa envolve a participação dos três setores: o pequeno produtor (setor primário); a indústria de beneficiamento (setor secundário) e um parceiro comercial (setor terciário).

Sob a proposta desse programa, foram implantadas em 2003 quatro cadeias produtivas que se dedicam à aquicultura e aos cultivos da mandioca, palmito e piaçava. Essas cadeias produtivas contam com a participação de quatro cooperativas, a saber: Cooperativa Mista de Marisqueiros, Pescadores e Aqüicultores do Baixo Sul da Bahia (COOPEMAR); Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves (COOPATAN); Cooperativa dos Produtores de Palmito do Baixo Sul da Bahia (COOPALM); e a Cooperativa das Produtoras e Produtores Rurais da Área de Proteção Ambiental do Pratigi (COOPRAP).

A cadeia produtiva da aquicultura surgiu como resposta ao aumento da pesca predatória e ao esgotamento dos recursos pesqueiros da região (DIS BAIXO SUL, 2011). Liderada pela Coopemar, esta cadeia produtiva está viabilizando a criação de ostras em lanternas e de tilápias estuarinas em tanques-rede para servir como fonte de renda alternativa às comunidades de Cairú. O projeto tem gerado incremento da renda de famílias das comunidades de Laje, Torrinhas, Canavieiras e Tapuias. A cadeia realiza estudo para aproveitamento do couro da tilápia para produção de bolsas, sapatos, carteiras, entre outros acessórios. A cooperativa iniciou com 125 cooperados.

A Coopemar preconiza a assistência técnica profissionalizada para melhorar continuamente os resultados técnicos e financeiros nos cultivos dos seus associados. Para isso, organiza-se

dinamicamente para oferecer os seguintes benefícios aos associados: Assistência técnica especializada; Acesso ao crédito; Aquisição de insumos a melhores preços; Logística de captação do peixe; Logística de comercialização.

A Cadeia produtiva da mandioca, liderada pela cooperativa Coopatan, tornou possível a reestruturação de um cultivo consolidado da mandioca na região de Presidente Tancredo Neves. A Coopatan possui duas fábricas que beneficiam a raiz da mandioca para a produção da farinha e as folhas da planta para produção de ingrediente de ração animal. Iniciou as atividades com 489 cooperados.

Além de atuar nos setores de produção e beneficiamento da mandioca, a Coopatan também atua sinergicamente com o setor de distribuição e comercialização do produto, por meio da identificação e conquista de parceiros sociais. A Coopatan é a única cooperativa na Bahia com capacidade para processar 60 t/dia de raízes que geram 20 toneladas de farinha por dia (COOPATAN, 2011). Conta atualmente com 1.880 associados dos municípios de Presidente Tancredo Neves, Wenceslau Guimarães, Teolândia, Mutuípe, Laje e Valença.

A cadeia produtiva da mandioca, com seu modelo autossustentável, tem como fundamentos o combate ao desperdício através do aproveitamento total dos recursos produtivos. Além disso, através do apoio de entidades como a Embrapa, são feitos estudos visando melhorar, cada vez mais, a produtividade das variedades de mandioca (ODEBRECHT ONLINE, 2005a).

O palmito de pupunha foi introduzido no Baixo Sul em 1983, se expandindo em 1996, em função da oferta de crédito para essa cultura. O palmito se espalhou pela região, mas com baixa produtividade. Com o intuito de modificar esse quadro, a Coopalm, que lidera a Cadeia Produtiva do Palmito em Ituberá, introduziu novos métodos de plantação, utilizando uma tecnologia originária do Equador, adaptada às características da região (DIS BAIXO SUL, 2011).

O objetivo da Coopalm era eliminar os atravessadores e garantir que os agricultores não perderiam dinheiro no processo de comercialização do palmito. Além disso, tinham como prioridade agregar valor a produção, deixando de comercializar individualmente e isoladamente o palmito bruto, na forma de hastes, para fazê-lo em bloco, com maior escala de



produção, o que lhes conferiu maior poder de barganha, resultando em preços e prazos mais vantajosos para os cooperados.

Atualmente a Coopalm produz 11 tipos de produtos originados do palmito, beneficiando famílias de produtores de 9 municípios da região. Os atuais 499 cooperados estão produzindo uma média de 180 mil potes de palmito em conserva por mês, peso drenado de 300 g/pt, sendo 115 mil do tipo inteiro e 65 mil do picado (CULTIVERDE, 2011). Espera-se que, em 2013, esta produção duplique, em função do aumento da produtividade e do crescimento da área plantada pelos cooperados. A Coopalm exporta os produtos *Cultiverde* para vários estados brasileiros, além da França e Estados Unidos.

A Cadeia produtiva da piaçava, localizada em Nilo Peçanha, tem como liderança a Cooprap. Essa cadeia produtiva visa impulsionar o desenvolvimento das comunidades quilombolas residentes nos municípios de Ituberá e Nilo Peçanha, promovendo sua qualidade de vida e bem estar. Contou inicialmente com 120 cooperados. A Cooprap comercializa vassouras, cobertura para quiosques, produtos artesanais, com base no coco, palha e fibra da piaçava, como acessórios de moda e objetos decorativos, além de mel de abelhas nativas e defumados.

As cooperativas tiveram papel relevante na implantação das cadeias produtivas. Ao liderar esse processo, com o apoio de instituições públicas e privadas, os agricultores iniciaram o cultivo de seu produto-fim numa região marcada pela pobreza, baixos índices de desenvolvimento humano e social. Os recursos oriundos dessas instituições parceiras foram empregados na assistência técnica aos cooperados, compra de insumos de forma coletiva, além da formação de gestores internos capazes de assegurar o escoamento do produto para o consumidor final.

Sob essa forma de organização – cooperativas – foi possível agregar valor à produção, deixando de comercializar individualmente e isoladamente, para fazê-lo em bloco, com maior escala de produção, o que lhes conferiu maior poder de barganha, resultando em preços e prazos mais vantajosos para os cooperados.

## 4 OS IMPACTOS DAS CADEIAS PRODUTIVAS NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO BAIXO SUL DA BAHIA

### 4.1 O CENÁRIO PÓS-IMPLANTAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

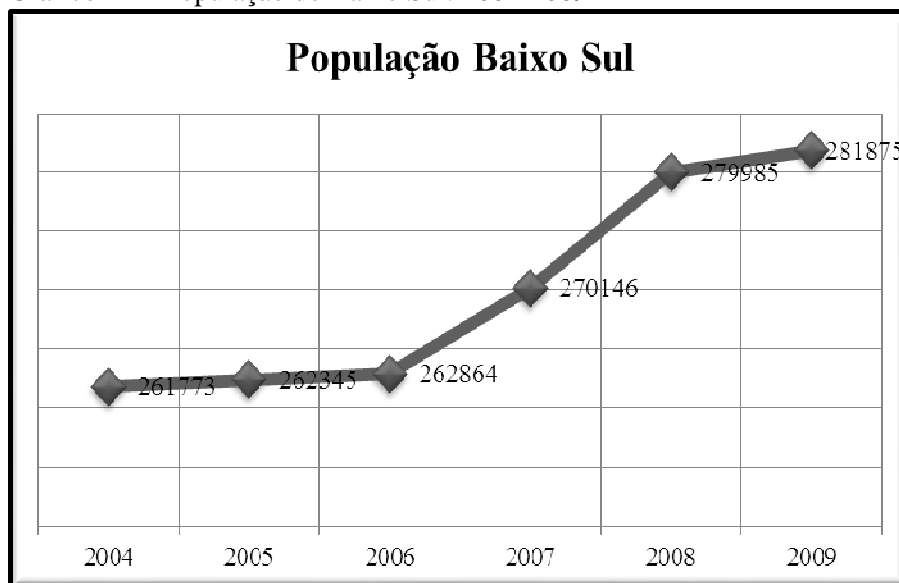
Devido à implantação das cadeias produtivas solidárias em 2003, faz-se necessário analisar o período imediatamente posterior, ou seja, verificar a configuração da região do Baixo Sul a partir do ano de 2004.

#### 4.1.1 Características demográficas e sociais

##### 4.1.1.1 Aspectos populacionais

A população do Baixo Sul que, no ano de implantação das cadeias produtivas, era de 260.743 habitantes aumentou a taxas inferiores a 0,5% até 2006 e, a partir de então, sofreu elevação de 2,77% em 2007 e 3,64% em 2008. Em 2009, o crescimento não foi tão grande, chegando a população ao patamar de 281.875 habitantes. Valença se manteve como município mais populoso e Piraí do Norte passa a liderar o grupo dos menos populosos.

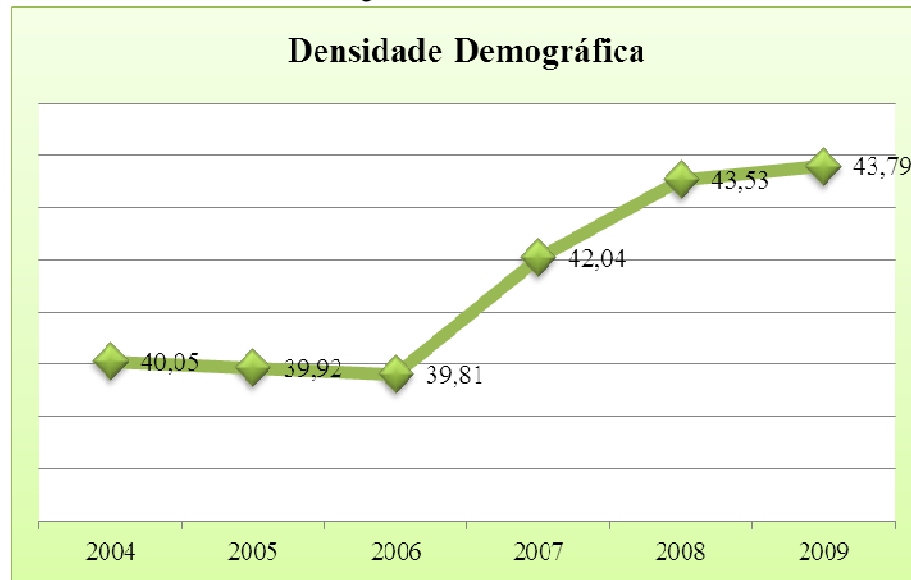
Gráfico 14 – População do Baixo Sul: 2004-2009



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

No Gráfico 15 pode-se visualizar a densidade demográfica da região entre os anos de 2004 e 2009. De 2004 a 2006 houve uma leve queda na taxa e, após 2007, houve um crescimento da mesma. Em 2009 a região tinha uma densidade populacional de 43,79 habitantes por quilômetro quadrado.

Gráfico 15 – Densidade demográfica do Baixo Sul: 2004-2009

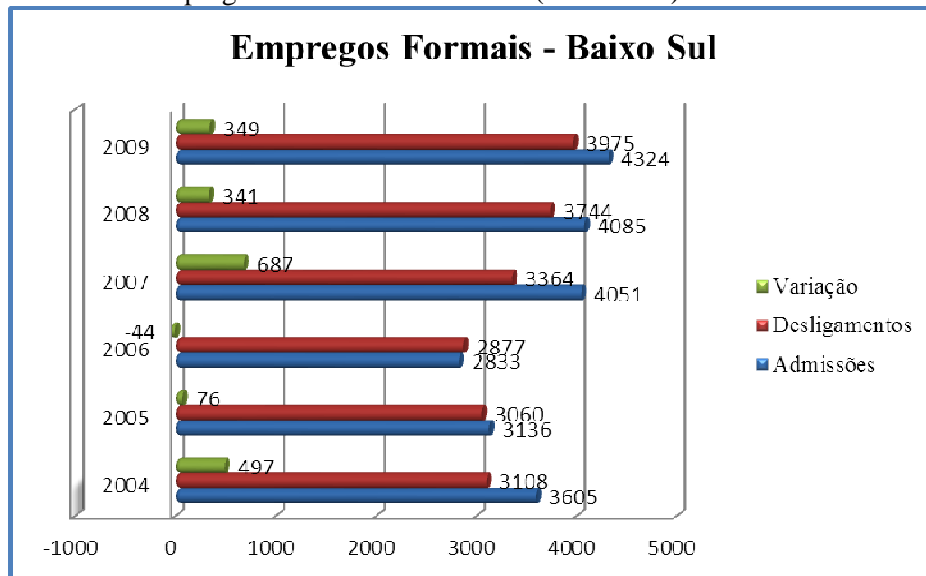


Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

#### 4.1.1.2 Mercado de trabalho

O mercado de trabalho nos anos de 2004 a 2009 apresentou significativa oscilação quanto a contratação e demissão de funcionários. Podemos observar, no Gráfico 16 abaixo, que nesse período a região do Baixo Sul experimentou momentos de mercado formal aquecido e outros momentos de queda da contratação. Os anos mais críticos foram 2005 e 2006, tendo apresentado este último um saldo negativo de 44 postos de trabalho. Ou seja, neste ano houve mais demissão que contratação. O ano seguinte – de 2007 – apresenta uma inversão deste quadro, onde o número de contratação superou o de demissão em 687 postos de trabalho. Os anos seguintes permanecem estáveis.

Gráfico 16 – Empregos Formais no Baixo Sul (2004-2009)



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados do MTE

#### 4.1.1.3 Educação

A educação na região do Baixo Sul para o período entre 2004 e 2009 apresentou variação positiva quanto ao número de matrículas, como pode ser observado na Tabela 4 a seguir. Chama atenção a presença de matrículas no ensino médio da zona rural, o que gera um aumento da escolaridade, no geral, para a região. Observa-se também oscilação no número de matrículas de um ano pra outro dentro de um mesmo grupo de nível de ensino, ao invés de crescimento proporcional dos níveis seguintes, de onde se pode inferir que possa não haver continuidade nos estudos.

Tabela - 4 – Matrícula Inicial na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, por zona urbana e rural para os anos de 2004-2009

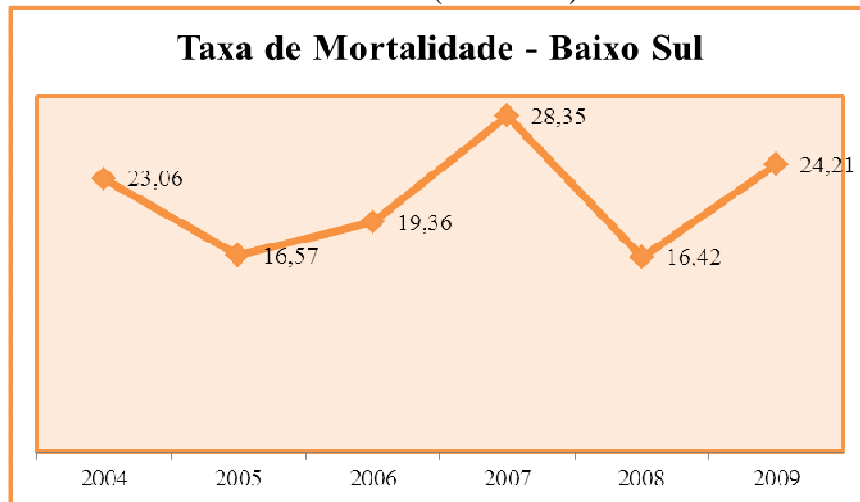
Ano	Educação Infantil			Ensino fundamental			Ensino médio		
	Urbanas	Rurais	Total	Urbanas	Rurais	Total	Urbanas	Rurais	Total
2004	5.880	4.354	10.234	37.959	39.740	77.699	12.989	298	13.287
2005	6.657	4.690	11.347	39.423	38.208	77.631	13.276	583	13.859
2006	5.707	5.466	11.173	34.651	40.619	75.270	12.435	443	12.878
2007	6.270	5.703	11.973	32.328	35.467	67.795	13.303	443	13.746
2008	5.744	5.853	11.597	31.686	35.197	66.883	12.376	470	12.846

Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

#### 4.1.1.4 Saúde

A taxa de mortalidade de menores de cinco anos de idade a cada mil nascidos vivos na região sofreu grande oscilação no período que vai de 2004-2009, como pode ser constatado no Gráfico 17. a menor taxa foi observada no ano de 2008, porém esta cresceu significativamente no ano seguinte (24,21).

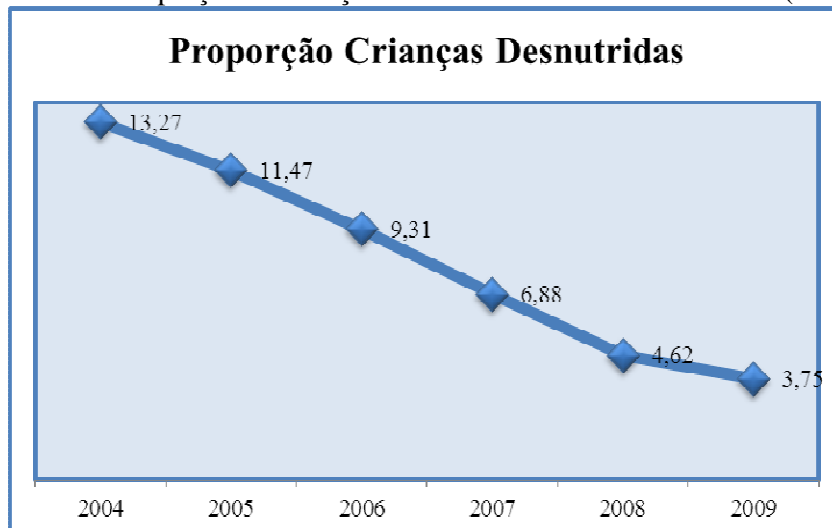
Gráfico 17 – Taxa de mortalidade de menores de 5 anos de idade a cada mil nascidos vivos: Baixo Sul da Bahia (2004-2009)



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados do Portal ODM

Já a proporção de crianças desnutridas reduziu-se significativamente no período, como pode ser verificado no gráfico seguinte. Ela saiu de um patamar de 13,27 em 2004 para 3,75 pontos em 2009 – uma redução de quase 72%.

Gráfico 18 – Proporção de crianças menores de dois anos desnutridas (2004-2009)



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados do Portal ODM

#### 4.1.1.5 Índice de Desenvolvimento Social

No período pós-implantação das cadeias, houve uma melhoria do IDS, como pode ser observado na Tabela 5. Cairu passa a ser o município mais bem colocado na classificação estadual, enquanto Igrapiúna mantém-se como pior classificado.

Tabela 5– Índice de Desenvolvimento Social por município do Baixo Sul e posição no ranking nacional para os anos de 2004 e 2006

Municípios	2004		2006	
	IDS	Classif.	IDS	Classif.
Cairu	5085,41	36°	5.091,60	26°
Camamu	4975,61	265°	4.978,51	253°
Ibirapitanga	4995,63	188°	5.003,56	162°
Igrapiúna	4931,87	385°	4.931,38	390°
Ituberá	5009,33	141°	5.007,65	148°
Maraú	4960,61	316°	4.977,05	260°
Nilo Peçanha	5000,15	172°	4.994,07	193°
Piraí do Norte	4939,96	377°	4.978,39	255°
Presidente Tancredo Neves	4982,43	233°	4.989,64	212°
Taperoá	4988,53	215°	4.997,75	179°
Valença	5078,05	40°	5.083,26	34°
<b>Baixo Sul (média)</b>	<b>4995,23</b>	<b>-</b>	<b>5002,99</b>	<b>-</b>

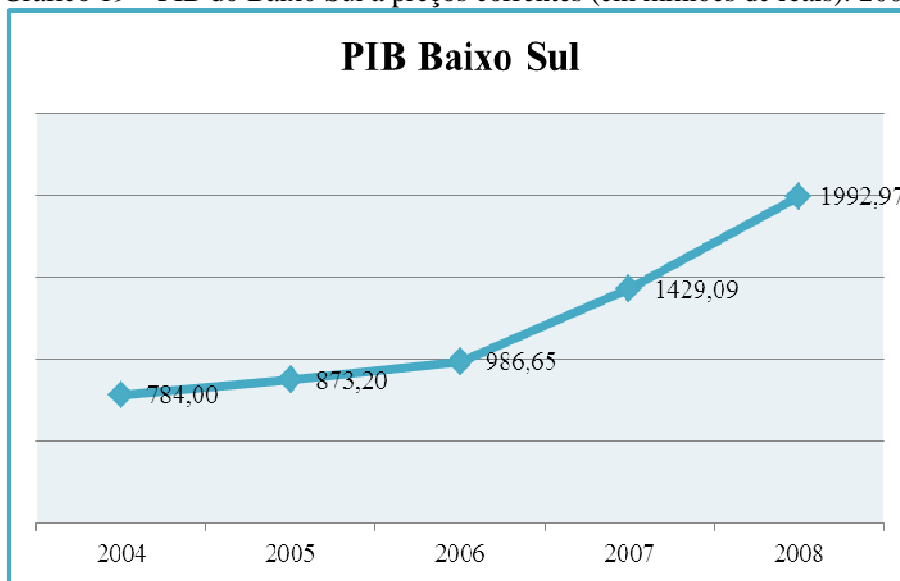
Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

#### 4.1.2 Informações econômicas

##### 4.1.2.1 PIB a preços correntes e setores de atividade

Como pode ser observado no Gráfico 19, o PIB do Baixo Sul passou de R\$ 784,00 milhões em 2004, para R\$ 1.992,00 milhões, em 2008, mantendo taxas de crescimento positivas em todos os anos.

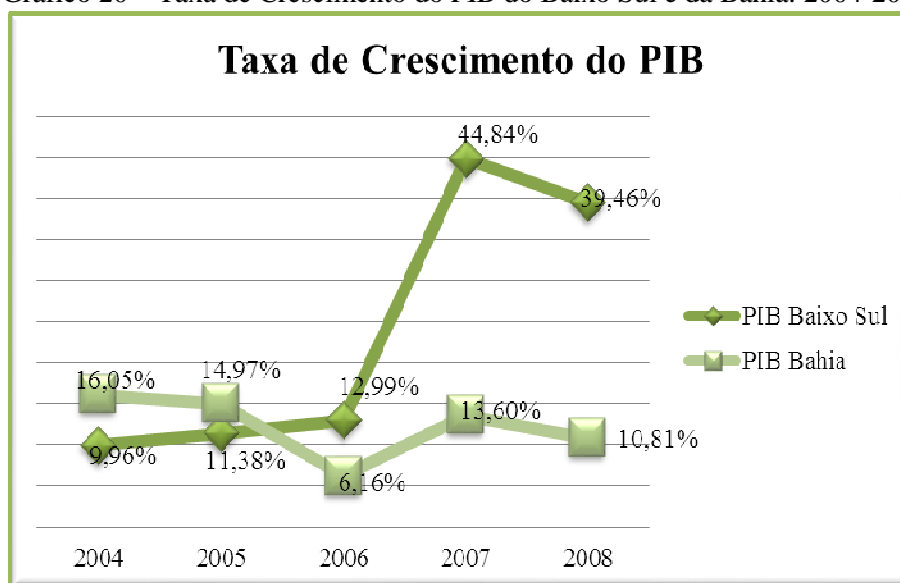
Gráfico 19 – PIB do Baixo Sul a preços correntes (em milhões de reais): 2004-2008



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

Essa tendência crescente pode ser observada no Gráfico 20, onde é feito um comparativo das taxas de crescimento – sempre com relação ao ano anterior – do PIB do Baixo Sul com as taxas de crescimento do PIB do Estado. Verifica-se que, a partir de 2006, a taxa de crescimento do PIB da região do Baixo Sul supera a taxa de crescimento do PIB da Bahia. O expressivo crescimento do PIB da região em 2007 deveu-se, sobretudo, às descobertas do Campo de Manati na Bacia de Camamu.

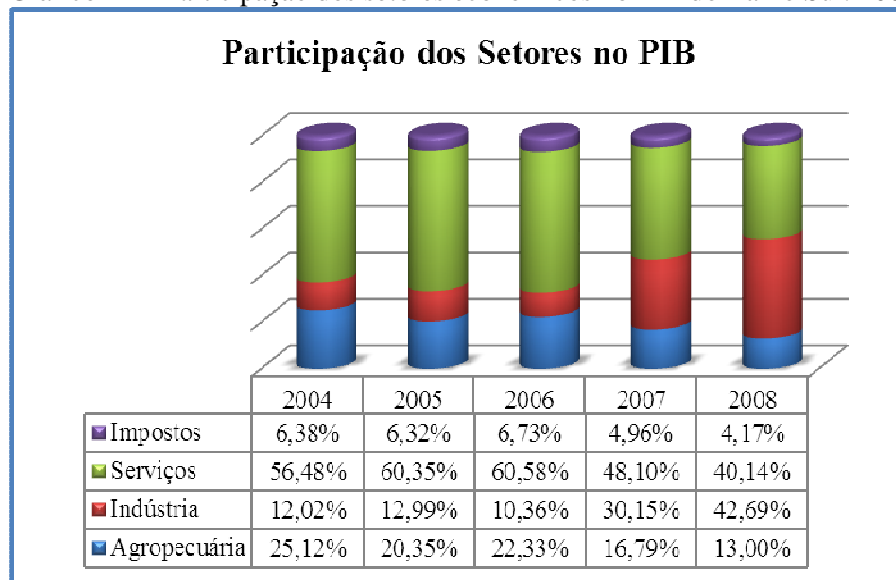
Gráfico 20 – Taxa de Crescimento do PIB do Baixo Sul e da Bahia: 2004-2008



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

Durante o período de 2004 a 2008, a estrutura setorial do PIB da região sofreu enormes transformações. O setor de serviços apresentou crescimento na participação até 2006, quando a situação foi invertida, como mostra o Gráfico 21. Já o setor agropecuário, que inicia o período como o segundo setor que mais agrega valor ao PIB, sofre uma queda gradual na participação, chegando ao fim do período com quase metade do percentual inicial. O setor industrial, por sua vez, com exceção da queda de participação entre 2005 e 2006, sofre sucessivos aumentos percentuais, passando de uma participação de 12,02% em 2004, para 40,14% em 2008. Esse repentino aumento deveu-se às descobertas do Campo de Manati na bacia de Camamu, já que o setor industrial inclui os valores referentes à produção de gás natural.

Gráfico 21 – Participação dos setores econômicos no PIB do Baixo Sul: 2004-2008



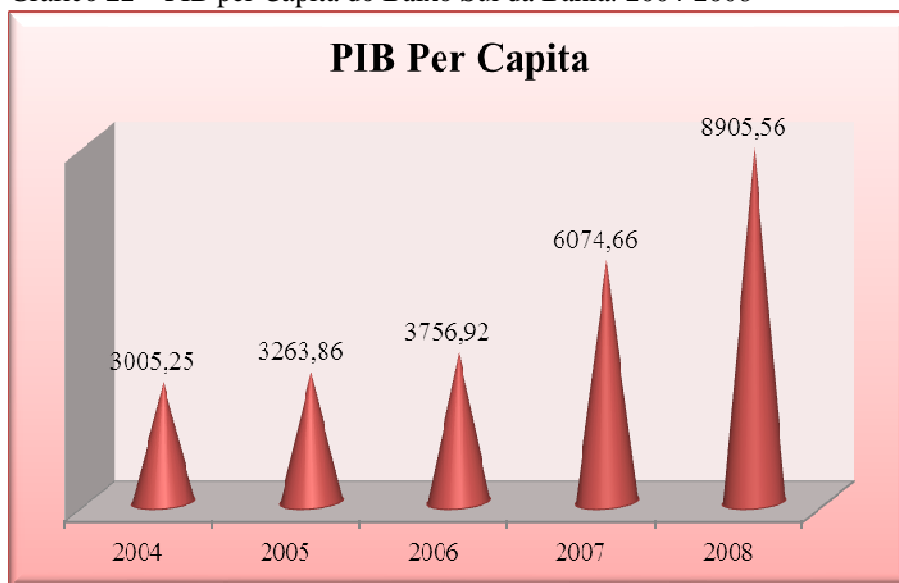
Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

#### 4.1.2.2 PIB per capita

O PIB per Capita do Baixo Sul elevou-se significativamente no período que vai de 2004 a 2009, como pode-se visualizar no Gráfico 22. A relação entre o PIB per Capita da região e o número de habitantes passou de R\$ 3.005,25 para R\$ 8.905,56. Isto, contudo, não indica que houve, de fato, um aumento na renda da população. Conforme já dito anteriormente, este aumento reflete a elevação do PIB em 2007.



Gráfico 22 – PIB per Capita do Baixo Sul da Bahia: 2004-2008



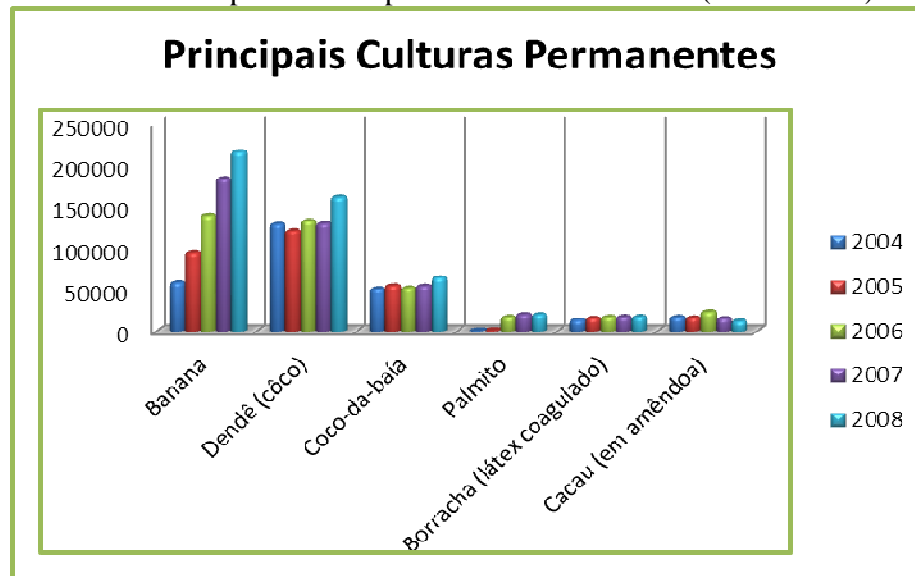
Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

#### 4.1.2.3 Agricultura e extração vegetal

No período que vai de 2004 a 2009, algumas mudanças ocorreram no que se refere à produção de culturas permanentes no Baixo Sul. O coco de dendê inicia o período como a principal cultura em termos de quantidade produzida, porém não sofre uma elevação significativa no período. Já a produção de banana, conforme pode-se verificar no Gráfico 23, sofre elevações contínuas, passando de 58.870 toneladas em 2004, para 216.455 toneladas em 2008.

Em termos quantitativos, destacam-se a produção de coco-da-baía, palmito, borracha e cacau. Além destas culturas, a região produz ainda laranja, mamão, maracujá, semente de guaraná, café, pimenta do reino e semente de urucum. É importante frisar que é neste período que a produção de palmito começa a ganhar destaque, passando de 1.135 toneladas em 2004, para 20.436 toneladas em 2009.

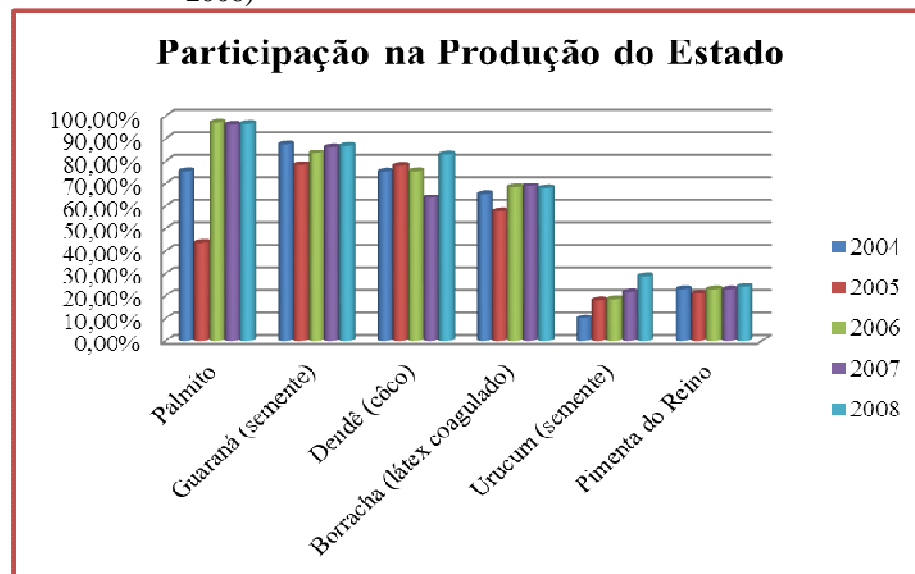
Gráfico 23 – Principais culturas permanentes do Baixo Sul (em toneladas): 2004-2008



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

A participação da produção de culturas permanentes no total do Estado, pode ser vista no Gráfico 24. A produção de palmito é a que detém a maior participação, chegando em 2008 a 96,69% da produção do Estado. Em seguida aparece a produção de semente de guaraná, o coco de dendê e a borracha – todos com participação superior a 50%. Destacam-se, ainda, a semente de urucum, a pimenta do reino, a banana, o coco-da-baía e o cacau. Outras culturas, como o maracujá, o café, o mamão e a laranja têm participação inferior a 2% do total do Estado.

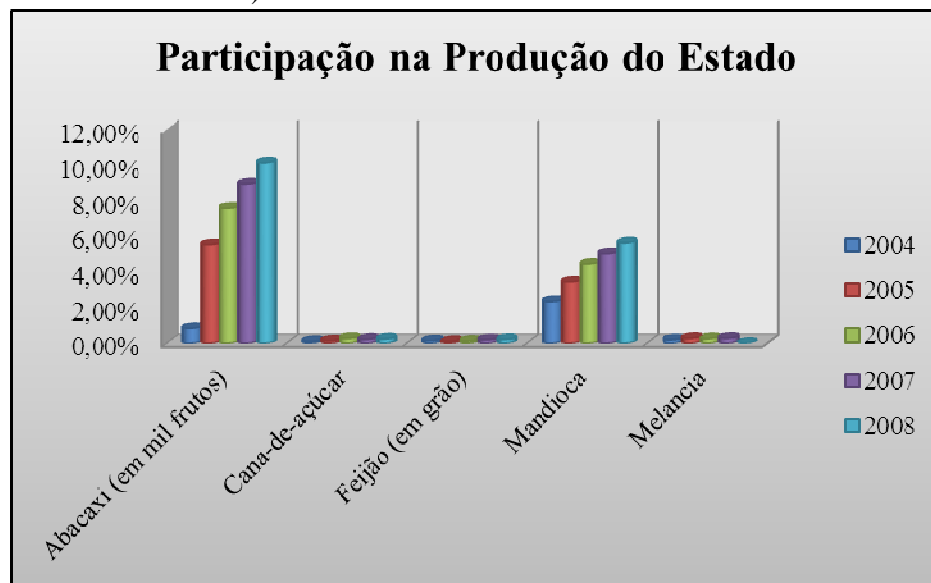
Gráfico 24 – Participação das culturas permanentes na produção total do Estado (2004-2008)



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

O Gráfico 25 mostra a participação das principais culturas temporárias no total do Estado entre os anos de 2004 a 2008. Verifica-se que a cultura do Abacaxi foi a que teve a maior expressão no período, elevando sua participação de 0,84% em 2004 para 10,16% em 2008. A cultura de mandioca também têm uma participação relevante, apresentando tendências crescentes, chegando em 2008 com o percentual de 5,65%. Além destas, as outras culturas temporárias são: cana-de-açúcar, feijão, melancia e o milho.

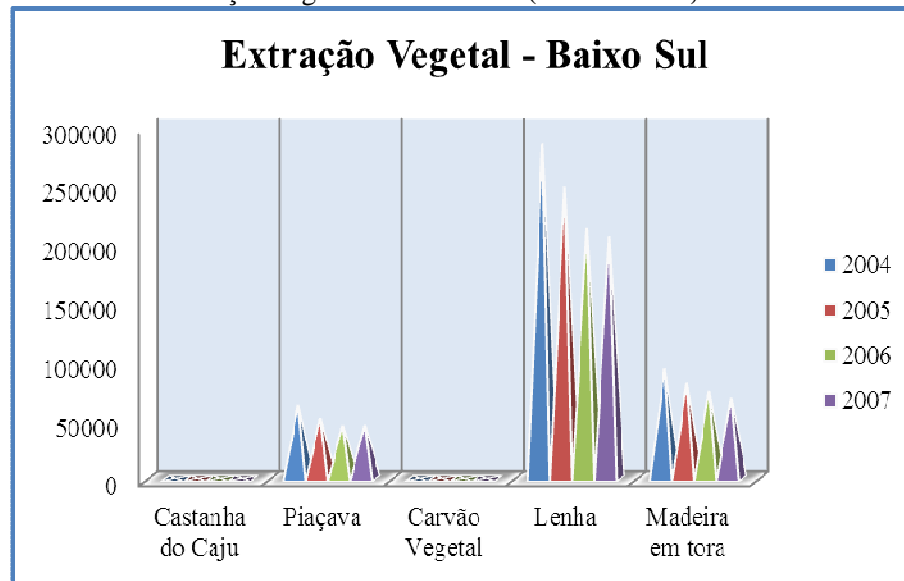
Gráfico 25 – Participação das culturas temporárias na produção total do Estado (2004-2008)



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI

Com relação à extração vegetal, pode-se verificar no Gráfico 26 que houve uma grande extração de lenha no período de 2004 a 2008, sempre com tendências decrescentes. Há grande extração também de madeira em tora, também com tendências decrescentes no período. A extração de piaçava apresentou taxas de crescimento negativas entre 2004 e 2007, voltando a crescer – a uma taxa ínfima de 0,32% - em 2008.

Gráfico 26 – Extração vegetal no Baixo Sul (em toneladas): 2004-2007



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da CNM

#### 4.1.2.4 Índice de Desenvolvimento Econômico

O IDE médio da região nos anos de 2004 e 2006 sofreu uma leve melhoria, como mostra a tabela abaixo. O município que apresentou a melhor classificação no ranking estadual foi Valença, e o pior classificado foi Pirai do Norte.

Tabela 6 – Índice de Desenvolvimento Econômico por município do Baixo Sul e posição no ranking estadual para os anos de 2004 e 2006.

Municípios	2004		2006	
	IDE	Classif.	IDE	Classif.
Cairu	4985,46	220°	4.986,22	206°
Camamu	4989,88	91°	4.989,69	106°
Ibirapitanga	4986,85	158°	4.988,41	134°
Igrapiúna	4985,11	245°	4.989,59	108°
Ituberá	4989,09	103°	4.990,43	94°
Maraú	4986,45	171°	4.986,22	207°
Nilo Peçanha	4984,54	295°	4.985,63	251°
Pirai do Norte	4983,41	394°	4.984,28	381°
Presidente Tancredo Neves	4988,21	117°	4.987,10	171°
Taperoá	4985,00	257°	4.986,17	209°
Valença	5006,04	31°	5.009,34	28°
<b>Baixo Sul (média)</b>	<b>4988,19</b>	<b>-</b>	<b>4989,37</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI.

## 4.2 OS NÚMEROS DO DESENVOLVIMENTO

A região do Baixo Sul da Bahia, conforme já explanado, é uma região rica em recursos naturais, com potencial de crescimento não só em atividades agropecuárias, mas também em serviços como a atividade turística. Porém, essas riquezas naturais sempre coexistiram com a pobreza de boa parte da população, falta de infraestrutura, de moradia, de condições de saúde, de atividades que gerassem renda e garantissem “efeitos multiplicadores”.

O objetivo da implantação das cadeias produtivas na região do Baixo Sul não se resume, como já dito, em elevar a produtividade agrícola (via aumento de quantidade e qualidade da produção), mas gerar renda e melhoria de vida para a população, com práticas ambientalmente sustentáveis. Outro objetivo importante da implantação das cadeias é a agregação de valor ao produto, através do beneficiamento e da produção.

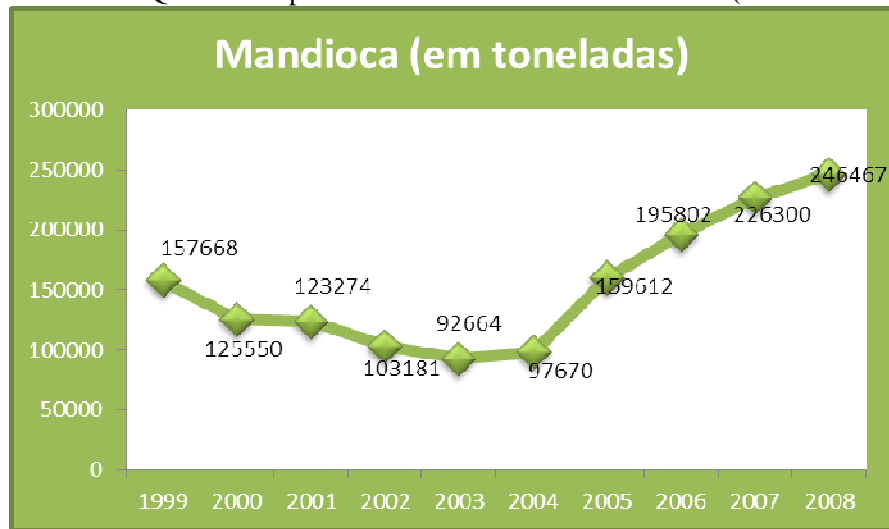
As quatro cadeias produtivas implantadas (mandioca, palmito, piaçava e aquicultura) proporcionaram resultados bastante satisfatórios desde sua implantação. A observação do seu desempenho fica restrita à indisponibilidade de dados, que limita bastante a análise do objetivo deste trabalho: verificar até que ponto a implantação das cadeias produtivas ocasionou desenvolvimento para a região do Baixo Sul. Analisaremos, a priori, como a produção destas culturas comportou-se após a implantação das cadeias.<sup>2</sup>

Até 2003, o cultivo da mandioca, como pode ser visualizado no Gráfico 27, sofria algumas oscilações, com tendências decrescentes. A partir de 2004, essa situação é alterada. A produção de mandioca no Baixo Sul eleva-se gradualmente, como consequência da implantação da cadeia produtiva da mandioca que, liderada pela Coopatan, proporcionou significativo aumento na produtividade. Em um comparativo entre o menor ponto do gráfico (em 2003) e o pico da produção (em 2008) houve um aumento de 37% no volume da produção.

---

<sup>2</sup> Não há dados disponíveis em série histórica para a produção de peixes, mariscos e crustáceos. Desta forma, a produção da cadeia produtiva da aquicultura não será analisada.

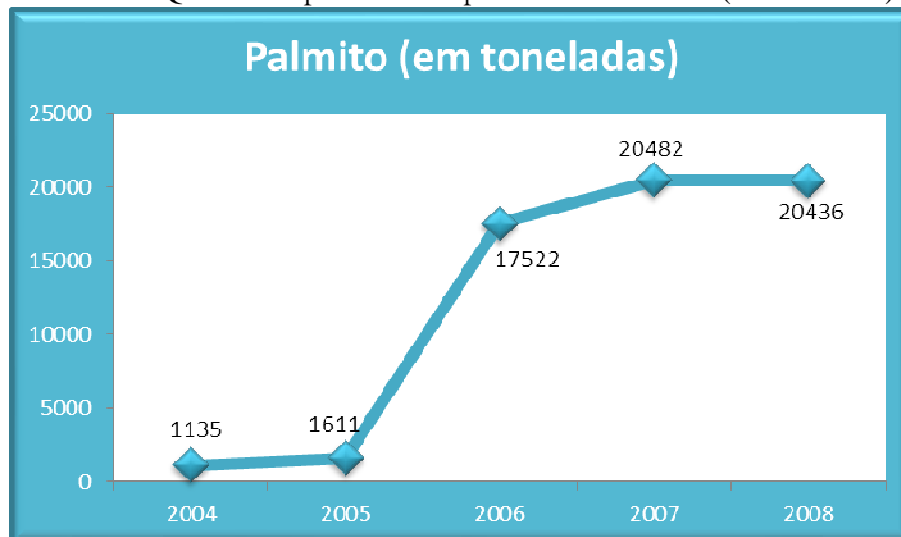
Gráfico 27 – Quantidade produzida de mandioca no Baixo Sul (em toneladas): 1999-2008



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI.

Com relação à produção de palmito, como não há dados disponíveis para o período anterior à 2004, pode-se perceber no Gráfico 28 que, com a implantação da cadeia produtiva, essa cultura desenvolveu-se rapidamente, levando a região do Baixo Sul a produzir mais de 95% de toda a produção do Estado a partir de 2006.

Gráfico 28 – Quantidade produzida de palmito no Baixo Sul (em toneladas): 2004-2008



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI.

Já a produção de piaçava no Baixo Sul, conforme o Gráfico 29, era estável até o ano de 2003. A partir de 2004 sofre sucessivas reduções, voltando a crescer um pouco somente em 2007.

Gráfico 29 – Extração de piaçava no Baixo Sul (em toneladas): 2000-2007



Fonte: Elaboração própria, 2011, com dados da SEI.

Além das mudanças produtivas das culturas relacionadas às cadeias produtivas, analisando o que foi exposto nas outras seções, percebe-se que algumas mudanças ocorreram na configuração do Baixo Sul da Bahia no período posterior à implantação dessas cadeias. Além de mudanças naturais, como o crescimento populacional e o aumento da densidade demográfica, os indicadores de saúde, educação, emprego, produto, entre outros, sofreram modificações.

Analisando, por exemplo, o mercado de trabalho, percebe-se que o número médio de admitidos em empregos formais no período posterior à implantação das cadeias é superior ao período anterior. Com relação à saúde, no período posterior à implantação, a taxa de mortalidade infantil sofreu oscilações, porém sem mudanças significativas. Já para proporção de crianças desnutridas, esse quadro apresentou melhoras, pois sofreu uma grande redução no período.

O Índice de Desenvolvimento Social, que engloba o nível de saúde, de educação, de serviços básicos e a renda média do chefe de família, apresentou uma melhoria no período. Já o Índice de Desenvolvimento Econômico, que engloba a infraestrutura, a qualificação da mão-de-obra e o produto municipal, apresentou valores piores comparando-se com o período anterior.

No período, houve uma elevação do PIB a preços correntes, bem como do PIB per capita. A estrutura setorial do PIB também alterou-se: houve um redução da participação do setor de

serviços e do setor agropecuário, em oposição ao crescimento da participação industrial. Esta alteração foi devida, em grande parte, à descoberta de gás natural na região.

De fato, os dados disponíveis mostram-se insuficientes para saber até que ponto as alterações nos índices usados para analisar o desenvolvimento do Baixo Sul foram resultado da implantação das cadeias produtivas solidárias nesta região. As informações sobre as cadeias produtivas (modo de funcionamento, produção, quantidade de cooperados, lucratividade etc.) são escassas ou, até mesmo, inexistentes. Além disso, dados que seriam mais relevantes para “medir” o desenvolvimento da região não estão disponíveis desagregados por município ou por sub-região, além de a maioria não estar disponível em série histórica – o que dificulta a comparação de períodos.

Para falar em desenvolvimento, conforme já explicitado, é preciso falar na expansão das liberdades individuais, na elevação não só do produto, mas na melhoria nas condições de vida da população. O desenvolvimento deve ser socialmente incluyente (finalidade social), ambientalmente sustentável (ecologicamente prudente) e economicamente viável (eficiente).

Baseado nos dados discutidos anteriormente, pode-se inferir – consideradas as limitações – que o modelo de cadeias produtivas implantadas na região do Baixo Sul se apresenta como um modelo que gera, de fato, desenvolvimento. Além de elevar a produtividade (eficiência econômica), como demonstrado nos gráficos anteriores sobre as quantidades produzidas, há a ênfase na sustentabilidade, pois as cadeias estão diretamente integradas nas Áreas de Preservação Ambiental e seus processos visam sempre a redução do desperdício, bem como a preservação do ambiente. Outro fator importante é que estas cadeias são socialmente incluyentes, pois gira em torno da pequena unidade familiar, permitindo que os pequenos produtores aprendam técnicas de cultivo mais eficientes, aumentando sua renda e, conseqüentemente, melhorando sua qualidade de vida.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender o real significado de desenvolvimento regional sustentável envolve uma análise desagregada deste termo. O desenvolvimento está relacionado, como explicita Amartya Sen, com a expansão das liberdades individuais, ou seja, é necessário muito mais do que crescimento econômico para engendrar desenvolvimento. É preciso que haja uma melhoria nas condições de vida. O desenvolvimento, para Sachs, precisa incluir três fatores: uma finalidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. A questão regional envolve a observação do potencial de cada região, de modo a verificar as peculiaridades que podem se tornar fatores competitivos. E, por fim, a sustentabilidade é fator essencial para garantir que os recursos sejam preservados para as futuras gerações.

As cadeias produtivas solidárias aparecem como agentes fomentadores de desenvolvimento regional sustentável, pois além de produzirem de acordo com as potencialidades da região, utilizam os recursos de forma sustentável. Além disso, geram renda e valorizam a pequena unidade familiar de produção, incluindo-os no processo e permitindo a melhoria das condições de vida. Essas características aparecem no modelo das cadeias produtivas que foram implantadas na região do Baixo Sul da Bahia no ano de 2003.

Através da articulação do pequeno produtor, da indústria de beneficiamento e de parceiros comerciais, as cadeias produtivas permitiram um aumento na produtividade das culturas produzidas, bem como na atividade pesqueira. No período posterior à implantação das cadeias houve uma melhoria geral em alguns indicadores econômicos e sociais – PIB, PIB per capita, proporção de crianças desnutridas, número de empregos formais, número de matrículas, entre outros. No entanto, devido a restrições de informações, há uma dificuldade em relacionar diretamente a melhoria do cenário econômico e social do Baixo Sul com a implantação das cadeias produtivas.

Apesar disso, não há como negar esse modelo de desenvolvimento regional sustentável – as cadeias produtivas solidárias – é válido para impulsionar a produção, gerando renda para os envolvidos e, assim, garantindo efeitos multiplicadores que ocasionem melhorias na condição de vida geral da região.

## REFERÊNCIAS

- ACA. **Conheça a Coopemar**. Disponível em: <[www.aquicultura.net/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1131&Itemid=462](http://www.aquicultura.net/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1131&Itemid=462)>. Acesso em: 02 out. 2011.
- AGIR. **Cadeias produtivas**. Disponível em: <[www.pratigi.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1266&Itemid=540&lang=br](http://www.pratigi.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1266&Itemid=540&lang=br)>. Acesso em: 03 out. 2011.
- AMARAL FILHO, Jair. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 14, p. 35-70, dez. 1996.
- AMORIM, B. M. F.; ARAÚJO, H. E. Economia solidária no Brasil: Novas formas de relação de trabalho? **Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise/IPEA**, Brasília, n. 24, p. 45-52, ago. 2004.
- BATALHA, Mário (Coord.). **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 1997. p. 24-47.
- BURSZTYN, Maria Augusta Almeida; BURSZTYN, Marcel. Desenvolvimento Sustentável: biografia de um conceito. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro; VIANA, João Nildo S. (Orgs.). **Economia, Meio Ambiente e Comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 54-67.
- CNM. **Extração vegetal**. Disponível em: <[http://www.cnm.org.br/dado\\_geral/ufmain.asp?iIdUf=100129](http://www.cnm.org.br/dado_geral/ufmain.asp?iIdUf=100129)>. Acesso em: 20 set. 2011.
- COOPATAN. **A cooperativa**. Disponível em: <[http://www.coopatan.com.br/index.php/coopatan/a\\_cooperativa](http://www.coopatan.com.br/index.php/coopatan/a_cooperativa)>. Acesso em 02 out. 2011.
- CORRÊA, Cynthia Cândida; SILVA, Juvacir. **Cadeia produtiva: estruturas de governança**. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006\\_TR530358\\_7336.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR530358_7336.pdf)>. Acesso em: 25 mai. de 2011
- CULTIVERDE. **Coopalm**. Disponível em: <[http://www.cultiverde.com.br/novo/?page\\_id=352](http://www.cultiverde.com.br/novo/?page_id=352)>. Acesso em: 02 out. 2011.
- DIS BAIXO SUL. Disponível em: <<http://www.ides.org.br/disbaixosul/default.php>>. Acesso em 09 set. 2011.
- FISCHER, Fernando (organizador). **Baixo Sul da Bahia: uma proposta de desenvolvimento territorial**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2007.
- FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 483-486, out/dez. 2004.

LOPES, Antônio Simões. **Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos**. 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MANCE, E. **Redes de colaboração solidária**. Petrópolis: Vozes, 2002.

METELLO, Daniela Gomes. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da Justa Trama – cadeia solidária do algodão agroecológico**. 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharia da Produção) – COPPE, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

MTE. **Cadastro geral de empregados e desempregados**. Disponível em: <[http://perfildomunicipio.caged.com.br/seleciona\\_uf\\_consulta.asp?mun=292575&uf=ba&municipio=%20Presidente%20Tancredo%20Neves&microreg=%20Valenca&codmicro=29030&tpmov=&ordenacao=&regiao=&quadro=0&setor=TODO&subsetor=TODO&opc\\_ocup=&qtde=&competenciaIni=01\\_2002&competenciaFim=200212&tit\\_mesF=Dez&tit\\_mesI=Jan&visao=agr&nivel=0&tpquadro=0](http://perfildomunicipio.caged.com.br/seleciona_uf_consulta.asp?mun=292575&uf=ba&municipio=%20Presidente%20Tancredo%20Neves&microreg=%20Valenca&codmicro=29030&tpmov=&ordenacao=&regiao=&quadro=0&setor=TODO&subsetor=TODO&opc_ocup=&qtde=&competenciaIni=01_2002&competenciaFim=200212&tit_mesF=Dez&tit_mesI=Jan&visao=agr&nivel=0&tpquadro=0)>. Acesso em 11 set. 2011.

ODEBRECHT ONLINE. **O ciclo se fecha, o mercado se abre**. 2005a. Disponível em: <<http://www.odebrechtonline.com.br/materias/00501-00600/504/>>. Acesso em: 02 out. 2011.

ODEBRECHT ONLINE. **Talento transformador**. 2005b. Disponível em: <<http://www.odebrechtonline.com.br/materias/00201-00300/294/>>. Acesso em: 02 out. 2011

OLIVEIRA, Gilca Garcia; SANTOS, Ludiara Fernanda B. **A política de desenvolvimento territorial: de territórios rurais a territórios da cidadania**. Salvador, 2010.

OLIVEIRA, Gilca Garcia; SANTOS, Ludiara Fernanda B. **Política de desenvolvimento territorial: uma análise da escolha dos territórios da cidadania**. 2010.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago.2002.

OLIVEIRA, Gilson Batista de; LIMA, José Edmilson de Souza. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista FAE**, Curitiba, v.6, n.1, p.31-37, maio/dez. 2003.

PORTAL DA CIDADANIA. **Territórios da cidadania**. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/xowiki/oprograma>>. Acesso em: 09 set. 2011.

PORTAL ODM. **Indicadores municipais**. Disponível em: < [www.portalodm.com.br/](http://www.portalodm.com.br/)>. Acesso em: 12 set. 2011.

PROCHINIK, Victor; HAGUENAUER, Lia. Cadeias produtivas e oportunidades de investimento no Nordeste brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMISTAS, 14, 2001, Anais... Recife, ANPEC, 2001.

PROCHMAN, Ângelo Mateus; MICHELS, Ido Luiz. **Estudo de cadeias produtivas de Mato Grosso do Sul**: Psicultura. 2003. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/14791838/4/CADEIA-PRODUTIVA-REVISAO-TEORICA-E-CONCEITO>>. Acesso em 20 mai. de 2011.

RODRIGUES, Andréia Marize; RODRIGUES, Isabel Cristina. **O desenvolvimento econômico regional no contexto do desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENECEP2003\\_TR0706\\_0842.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENECEP2003_TR0706_0842.pdf)>. Acesso em 03 mai. 2011.

RODRIGUES, Mauricio T. **Cadeias produtivas – alguns conceitos introdutórios**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.

SACHS, Ignacy. **Em busca de novas estratégias de desenvolvimento**. Estudos Avançados, v. 9, n. 25, p. 29-63, 1995. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000300004&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000300004&script=sci_abstract)>. Acesso em 27 abr. 2011.

SADER, Emir. Aventuras do tema desenvolvimento no marxismo. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, v.1, n. 1, p. 121-136, dez. 2009.

SCHIOCHET, Valmor; BRANDES, Mairon. 2009. **Espaço e cadeias produtivas solidárias: o caso da reciclagem**. Disponível em: <[http://www.apec.unesc.net/III%20EEC/sessoes\\_tematicas/Temas\\_especiais/Artigo%2045.pdf](http://www.apec.unesc.net/III%20EEC/sessoes_tematicas/Temas_especiais/Artigo%2045.pdf)>. Acesso em 15 mai. de 2011.

SEI. **Anuário Estatístico da Bahia (1999-2009)**. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=73&Itemid=110](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid=110)>. Acesso em: 10 set. 2011.

SEI. **Índices de desenvolvimento econômico e social dos municípios baianos**. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=74&Itemid=110](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=110)>. Acesso em: 12 set. 2011.

SEI. **Produto Interno Bruto Municipal**. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=539&Itemid=88](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=539&Itemid=88)>. Acesso em: 06 set. 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1995. 2. ed.

SOUZA, M. P ; SOUZA FILHO, Theophilo Alves de; SERRA, Nara Elina Miller; BORIS, Moacir . Governança em Cadeias Produtivas Agroindustriais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMICA E SOCIOLOGIA RURAL, 18, 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** São Paulo : FAE/USP, 2005. v. 1. p. 1 -20.

SOUZA FILHO, Jorge Renato. 2000. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. Disponível em: <<http://nutep.ea.ufrgs.br/pesquisas/Desenvolvreg.html>>. Acesso em: 03 mai. 2011.

VEIGA, José Eli da. Como pode ser entendido o desenvolvimento. In: \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. p. 17-82.

WANDERLEY, Lívio Andrade; LAGES, André Maia Gomes. Novas estratégias de desenvolvimento regional: elementos para reflexão. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 14, n. 3, p. 467-471, dez. 2004.